



Março a junho de 2010

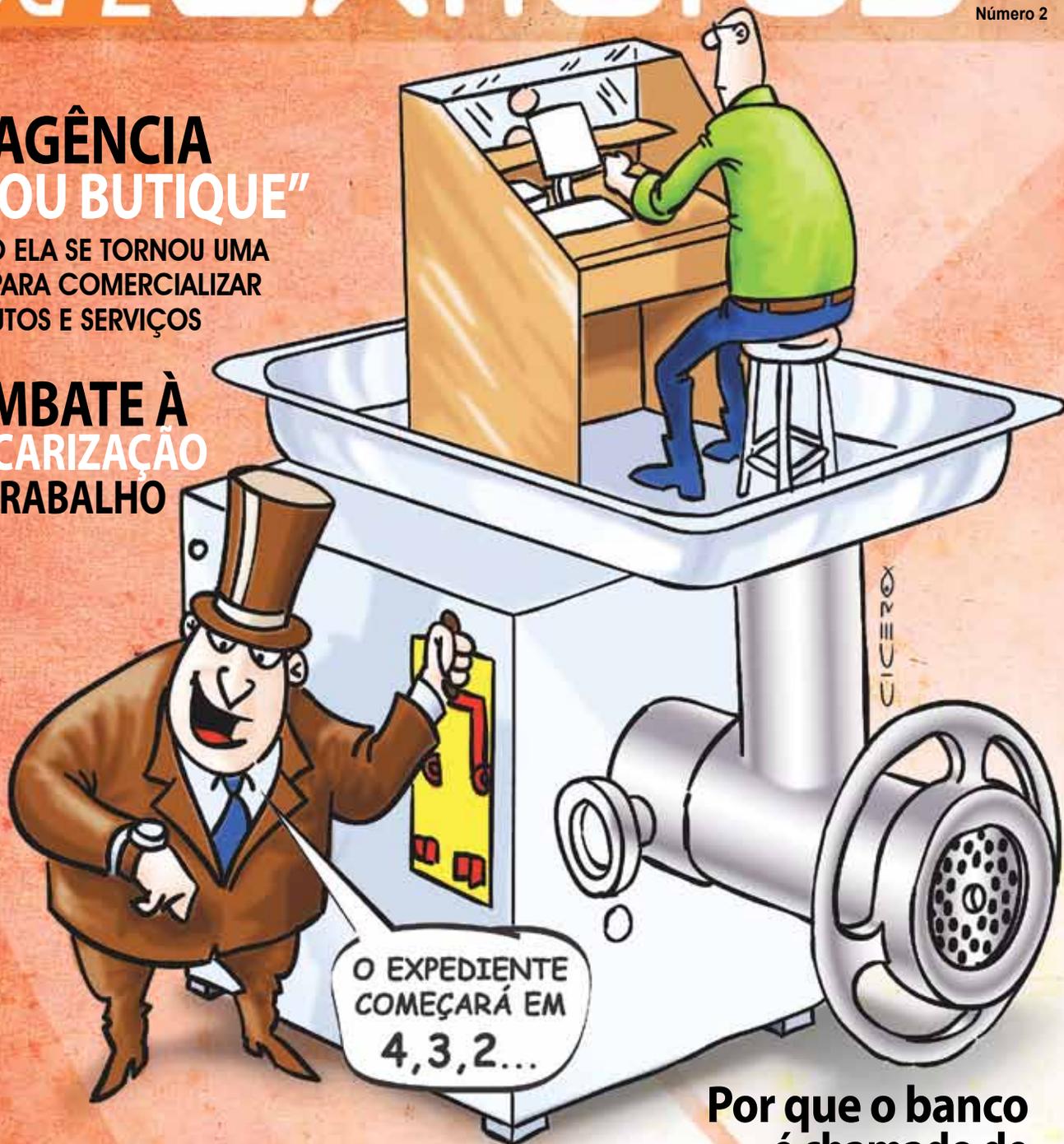
Extratos

Ano 2
Número 2

“A AGÊNCIA VIROU BUTIQUE”

COMO ELA SE TORNOU UMA LOJA PARA COMERCIALIZAR PRODUTOS E SERVIÇOS

COMBATE À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO



Por que o banco é chamado de

MOEDOR DE CARNE

OS GRANDES DESAFIOS ÀS VÉSPERAS DOS 50 ANOS DO SINDICATO



Presidente

Rodrigo Lopes Britto

Secretário-geral

André Matias Nepomuceno (BRB)

Secretário de Finanças

Raimundo Nascimento Félix (Caixa)

Secretário de Administração

Edmilson Wanderley Lacerda (Itaú)

Secretário de Imprensa

Antonio Eustáquio Ribeiro (BRB)

Secretário de Assuntos Jurídicos

Eduardo Araújo (BB)

Secretário de Saúde

Alexandre Severo Silva (Caixa)

Secretário de Política Sindical

Saulo Rodrigues dos Santos (BB)

Secretário Sociocultural

José Garcia de Sousa Rocha (Bradesco)

Secretário de Assuntos Parlamentares

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira (BB)

Secretário de Assuntos com a Comunidade

Márcio Antônio Teixeira (Bradesco)

Secretário de Comunicação e Divulgação

Washington Henrique da Silva (Unibanco)

Secretário de Formação Sindical

Kleyton Guimarães Moraes (BB)

Secretário de Estudos Socioeconômicos

Wandeir Souza Severo (Caixa)

Carla Corrieri de Macedo (BRB)

Cynthia Damasceno Reis (BB)

Daniel Machado Gaio (Caixa)

Eliseu Antônio Pinheiro Alexandre (BB)

Enilson Cardoso da Silva (Caixa)

Francisco das Chagas Moreira (BB)

Hudson César Neves e Silva (Caixa)

Jair Pedro Ferreira (Caixa)

Louraci Moraes dos Santos (Itaú)

Maria Aparecida Sousa (BRB)

Mirian Cleusa Fochi (BB)

Rafael Zanon Guerra de Araújo (BB)

Raimundo Dantas de Lima (HSBC)

Romero Silveira de Carvalho (Caixa)

Rosane Maria Gonçalves Alaby (Real)

Sandro Silva Oliveira (Itaú)

Stelamar Francisco de Carvalho (BRB)

Vicente de Paula Mota Frazão (HSBC)

Wadson Francisco Santos Boaventura (BB)

CONSELHO FISCAL

Eliete Boaventura Santana (BB)

Lincoln de Faria Rodrigues (BRB)

Meyre Lúcia Silva Araújo (Caixa)

Roberto Alves de Sousa (Itaú)

Thiago Nagao de Oliveira (Caixa)

Apresentação

Contraponto à 'grande' mídia

Em novembro de 2009, no aniversário do Sindicato, lançamos a revista *Extratos*, com o intuito de oferecer aos trabalhadores bancários, e das demais categorias, uma fonte de informação que transmitisse, numa linguagem atraente e comprometida com a visão da classe trabalhadora, informações que via de regra não são abordadas pela "grande" mídia. Esta se constitui hoje num verdadeiro partido, o do poder econômico, trabalhando para privar a maior parte da população de informação para uma reflexão autônoma sobre a nossa realidade.

Além de nos sufocarem no dia-a-dia com rotinas estressantes, metas abusivas e constante assédio moral, os patrões (os grandes donos da mídia) ainda se acreditam no poder de nos impor uma forma precária de ver e entender o mundo, seja distorcendo fatos, induzindo leituras errôneas dos acontecimentos ou simplesmente negligenciando informação. Todos os veículos da grande mídia estão repletos de exemplos destas práticas perversas. A revista *Extratos* tem por objetivo exercer um contraponto à "geléia geral" que sempre foi a "grande" mídia. A informação e o conhecimento são os meios por essenciais da libertação humana e da transformação da realidade.

É com grande satisfação que apresenta-

mos este segundo número, dando seqüência a um projeto que deve se enraizar como uma conquista de todos. Por meio de sua organização no Sindicato, nossa categoria está em condições de contribuir sobremaneira com a construção de uma imprensa do lado dos trabalhadores. Construção esta que, aliás, deve continuar, independentemente do resultado das eleições para a direção do Sindicato, prevista para os próximos dias 29, 30 e 31 de março. Na ocasião, todos os bancários sindicalizados serão chamados a exercer seu direito de cidadão e de trabalhador, através do sufrágio para a direção da entidade.

Neste número, oferecemos a você matérias que abordam questões de nosso cotidiano, como atendimento bancário, precarização do trabalho, saúde, crédito etc. Há também uma abordagem por ocasião do Dia Internacional da Mulher, com uma matéria focada na luta da mulher no setor financeiro. Apresentamos ainda seções voltadas ao cinema e literatura.

Esperamos que você possa desfrutar desta leitura com um prazer igual ou superior ao que tivemos para produzi-la, e reafirmamos que esta é uma conquista a ser perenizada.

ANTONIO EUSTÁQUIO RIBEIRO

Secretário de Imprensa

Expediente



Presidente

Rodrigo Lopes Britto
presidencia@bancariosdf.com.br

Secretário de Imprensa

Antonio Eustáquio

Conselho Editorial

Alexandre Severo, Antonio Eustáquio,
Rafael Zanon e Rosane Alaby

Jornalista responsável e edição

Robinson Sasaki

Redação

Renato Alves (Editor assistente),

Thaís Rohrer, Luiz Eduardo Braga e

André Shalders (Estagiário)

Projeto gráfico e edição de arte

Valdo Virgo

Assistente de arte

Marcos Alves

Webmaster

Elton Valadas

Fotografia

Aginaldo Azevedo

Colaboração

Ana Arruda, Cícero e Pedro Tupinambá

Sede EQS 314/315 - Bloco A - Asa Sul - Brasília (DF) - CEP 70383-400

Telefones (61) 3262-9090 (61) 3346-2210 (imprensa) Fax (61) 3346-8822

Endereço eletrônico www.bancariosdf.com.br **e-mail** imprensa@bancariosdf.com.br

Tiragem 18 mil exemplares **Distribuição gratuita**

Todas as opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF

Sindicato dos Bancários de Brasília





■ Entrevista

O secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf explica o processo pelo qual os bancos produziram o 'bancário-vendedor'

Página 16

■ Editorial

Rodrigo Britto: "Vencer mais desafios e rumar aos 50 anos com mais conquistas"

Página 4

■ Moedor de Carne

Os efeitos nefastos em quem vive sob pressão de metas e assédio

Página 6

■ Blitz em Bancos

Combate à precarização no trabalho e à deterioração no atendimento

Página 10

■ Assitência Médica

Um peso no bolso e na saúde de todos

Página 13

■ Agenda e Cartas

O calendário de atividades dos trabalhadores e a opinião dos leitores

Página 15

■ Mulheres Bancárias

Avanços a comemorar, mas muito ainda a transformar

Página 19

■ Mulher Trabalhadora

Ampliação da licença maternidade para 180 dias uma conquista também em bancos privados

Página 21

■ Artigo

Pedro Tupinambá: Os bancos públicos e as operações de crédito no contexto de crise

Página 24

■ Exclusão Social

O setor bancário e a cidade ainda em dívida com deficientes

Página 26

■ Faxina no DF

Crise no DF afeta o imaginário popular

Página 29

■ Ocupação Urbana

Setor Noroeste, desrespeito ao espaço público

Página 32

■ Mobilização Intensa

As principais ações do Sindicato pós-campanha salarial em imagens

Página 36

■ Cinema e Cultura

A volta dos cineclubes!

Página 39

■ Música

Clima medieval brasileiro

Página 42

■ Leitura e Análise

"Os criadores de embustes financeiros"

Página 44

■ Unidade na Ação

Bancários na luta ao lado de outras categorias

Página 46



Vencer mais desafios

e rumar aos 50 anos de conquistas

Colegas,

“

TEREMOS UM SEMESTRE FOCADO EM DUAS FRENTES DE ATUAÇÃO: **ORGANIZAÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL 2010** E LUTAR, NAS MESAS PERMANENTES DO BB E DA CAIXA, PELA **REDUÇÃO DA JORNADA SEM REDUÇÃO SALARIAL** E A IMPLANTAÇÃO DO PCCS NO BB E DO PFG NA CAIXA

Chegamos à segunda edição da Revista Extratos, no começo do ano de 2010, com uma série de desafios pela frente, o que vai exigir da categoria bancária unidade política e de ação.

Um dos principais diz respeito à organização dos trabalhadores do ramo financeiro, dentro de um planejamento que se faz necessário para fazer frente aos banqueiros. Isso porque os patrões adotaram a estratégia de se organizar em holdings e, por causa disso, uma gama de trabalhadores, na prática, são empregados por bancos e realizam serviços ligados à atividade bancária, mas não são considerados bancários. Nosso objetivo é abarcar sob a mesma Convenção Coletiva todos esses empregados, estendendo a eles os mesmos direitos e conquistas hoje desfrutados pela categoria bancária.

É uma luta consoante aos princípios da CUT de ampliação da representação dos trabalhadores e da solidariedade de classe, que vêm se mostrando cada vez mais fortes a cada edição da campanha salarial dos bancários e

de outras categorias e cujo objetivo maior é culminar com a unificação da data-base de todos os trabalhadores do ramo, incluindo os vigilantes, para o mês de maio.

Falar sobre a luta dos trabalhadores do sistema financeiro, em particular dos financeiros e cooperativistas, reacende a discussão sobre outro tema que está na ordem do dia do movimento sindical bancário, que é a necessidade mais do que urgente de regulamentação Sistema Financeiro Nacional, com base na regulação do artigo 192 da Constituição Federal. A proposta tem como parâmetros o desenvolvimento da economia baseado no direcionamento do crédito produtivo, a discussão de volumes, custos e setores a serem atingidos por operações de crédito obrigatórias e a promoção de políticas de crédito direcionado com juros regulados.

Tudo isso tem a ver com o mote da campanha nacional do ano passado, pela qual cobrávamos dos bancos - e vamos continuar a exigir em 2010 - sua responsabilidade social, dentro do objetivo de envolver toda a sociedade no debate sobre o papel que rei-

vindicamos para o sistema financeiro, com a discussão de propostas e alternativas para estabelecer controles, ampliar e baratear o crédito e enfrentar a forma predatória de atuação do capital financeiro. Tendo sempre em mente o papel que os bancos públicos exercem dentro dessas diretrizes. Também está na nossa pauta a implantação da Convenção 151 (direito de sindicalização e relações de trabalho na administração pública) e 158 (proteção contra demissão imotivada) da OIT.

Pauta específica

No que diz respeito à nossa agenda de lutas mais imediata, teremos um semestre de muito trabalho, focado fundamentalmente em duas frentes de atuação: organização da campanha nacional 2010, com a realização dos congressos específicos, mas sem deixar de lado o que vem sendo negociado nas mesas permanentes por bancos, notadamente no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, que é a briga pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial em ambos os bancos e a implantação do PCCS no BB e do PFG na Caixa.

No campo cultural, vamos intensificar as atividades culturais do Sindicato, com o propósito principal de, no vácuo deixado pelo GDF, fortalecer a cultura local. Isso significa investimentos nas iniciativas da entidade, como o Sexta Básica, Cineclube, Festa e Pré-Carnaval dos Bancários, Encontro Animado e Brasília Debate, sempre valorizando o que Brasília tem de melhor a oferecer neste quesito. O investimento será na mesma medida nos cursos de formação sindical e qualificação profissional.

Esse diálogo com a sociedade também se faz presente por intermédio de ações desenvolvidas em parceria com outros segmentos do movimento social, como bem atesta os projetos Coleta Seletiva e o de formação cultural com crianças e adolescentes da Vila Estrutural, este sob a alçada do diretor do Sindicato Raimundo Félix.

O presidente do Sindicato, Rodrigo Britto, fala na assembleia dos vigilantes: ideia é unificar as datas-bases



Rumo aos 50 anos

Será um ano de desafios também porque entramos em contagem regressiva para os 50 anos do Sindicato, a ser comemorado em 2011. É, sem dúvida alguma, um marco na história da entidade e estamos trabalhando para fazer jus às suas bodas de ouro.

Nesse sentido, um dos projetos que serão desenvolvidos irá resgatar toda essa história, desde a fundação do Sindicato, ainda em 1961, até os dias de hoje, num trabalho conjunto entre setores da entidade, como o Centro de Documentação (Cedoc), por exemplo. A ideia é reunir tudo num livro, de modo que todos que manifestarem interesse possam ter acesso ao que é o Sindicato dos Bancários de Brasília, cujo trabalho junto à categoria e à sociedade tem-se pautado pelo cumprimento incondicional dos princípios do seu estatuto, o que pode vir a ser reconhecido também na forma de certificação do Sindicato como uma entidade socioambientalmente correta.

Eleições gerais

Não podemos deixar de mencionar ainda que teremos este ano mais um processo eleitoral, para a escolha de presidente, senadores,

governadores e, no caso do DF, de deputados distritais. Como todos sabemos, é um momento decisivo, em que escolheremos nossos representantes para os próximos quatro anos.

Na esfera federal, é preciso ter em mente que estará em disputa dois projetos de governo totalmente diferenciados, os quais conhecemos na experiência do dia a dia. Nesse sentido, é forçoso lembrarmos do período do governo FHC, marcado por fortes ataques aos trabalhadores, com demissões, congelamento de salários e perda de direitos. Precisamos eleger o aliado dos trabalhadores na sucessão presidencial e uma grande bancada de deputados e senadores compromissada com a classe trabalhadora.

Como se vê, será um ano de desafios para os bancários, mas nada diferente do que a categoria está acostumada a lidar. Ao Sindicato cabe estar ao lado dos trabalhadores, organizá-los por local de trabalho, e promover a luta coletiva e unificada, com firmeza, numa batalha incessante pela promoção de um país com justiça social de fato. 

Um abraço e boa leitura,

RODRIGO BRITTO,
Presidente do Sindicato



Diretoria do Sindicato reforça protesto dos trabalhadores do aeroporto: seguindo princípio cutista

Os efeitos n em quem vive sob metas e assédio

Símbolos de prestígio e cobiçados por muitos no passado, os bancos se tornaram hoje uma verdadeira indústria de fabricar doentes

→ ANDRÉ SHALDERS E RENATO ALVES

“**D**eixe esse café aí! Café é só para quem fecha negócios!” A frase é gritada pelo chefe de uma agência imobiliária para um de seus funcionários, que durante um período de recessão, são submetidos a condições drásticas de pressão psicológica. A situação aparece no filme *Sucesso a qualquer preço* (Glengarry Glen Ross, EUA, 1992), mas não é difícil imaginá-la se repetindo no ambiente bancário.

Outrora com condições de trabalho e de salário invejáveis, o ramo financeiro causa ainda hoje fantasias em candidatos a entrar nesse mercado. O ambiente engratado dos bancos reserva, contudo, muito sofrimento aos seus trabalhadores, tanto de ordem física quanto psicológica. Cada vez mais, o meio bancário se caracteriza pela pressão excessiva por metas de produtividade, que resulta em doenças ocupacionais causadas pelo demasiado esforço mecânico repetitivo (como as LER/Dort) e por relações humanas degradadas, nas quais são frequentes as chantagens, vinganças, concorrência exacerbada, ciúmes e humilhações.

Um levantamento feito entre os funcionários de um banco de grande porte mostra que, entre 1995 e 2008, 32% dos afastamentos de bancários decorreram de distúrbios musculoesqueléticos, como as LER/Dort, e outros

23%, de transtornos mentais. Somadas, as psicopatologias e a LER/Dort correspondem a 55% das faltas por licença-saúde nos bancos, e estão ligadas, em maior ou menor medida, a problemas de organização do trabalho. A continuidade do problema no tempo mostra que a questão está longe de ser resolvida. Um relatório de 2002 da Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que, até 2020, a depressão pode se tornar a segunda principal causa de afastamento do trabalho no mundo.

Entre os bancários, a exploração e a exposição às condições de estresse crônico vêm aumentando desde o início do final dos anos 1980 até os dias de hoje. “A quantidade de funcionários nos bancos diminuiu drasticamente na esteira de processos como a terceirização de serviços e a automação, que marcaram o período. Em compensação, a pressão sobre aqueles que mantiveram seus empregos



efastos pressão de

cresceu muito, favorecendo o aparecimento de doenças físicas e psicológicas causadas pelo excesso de tarefas e a competição entre os empregados. Talvez o símbolo mais proeminente desta nova fase da exploração sejam as famosas metas de produtividade, impostas de forma generalizada nos bancos, atingindo desde os cargos de gerência até os trabalhadores das agências”, explica Rafael Zanon, diretor e coordenador do coletivo Banco do Brasil do Sindicato.

A pressão excessiva por metas está intimamente ligada aos casos de sofrimento psicológico registrados na categoria. A seguir, o depoimento de um dos bancários atendidos por psicólogo após apresentar um quadro de depressão ajuda a entender esse processo: “A gente era levado a essa competição. E para não ficar mal diante de todo mundo, eu aceitava. (...) Você não tem noção de como são as reuniões lá: eles juntam os gerentes numa sala lá e explicam o que vai ser de meta. Aí, te perguntam:

– Então Fulano, quantos pontos você pode dar?

– Ah, eu posso dar 1.010.

– Ah, vai! Você consegue mais!

– Tá bom, 1.100!

– Mas 1.100 ainda é pouco. Você consegue dar mais que isso.

Aí a pessoa, se correndo por dentro, fala:

– Então, eu dou 1.200!

– Ok, então! E você, Sicrano?

– Ah, eu posso dar 1.600!

Ou seja, 160% da meta! Mesmo que isso seja impossível e que ele não vá conseguir, ele fala só para ficar bem na reunião. Aí, volta para o primeiro:

– Tá vendo? Sicrano vai dar 1.600 e você só 1.200!”

A pressão pelo cumprimento de metas injustas tem um impacto direto sobre a saúde do trabalhador bancário. Um exemplo disso é o caso de Joana*, que trabalhou no Banco do Brasil durante 28 anos e está afastada da instituição há mais de 100 dias, por causa de problemas de LER/Dort. Joana exerceu a função de caixa em agências durante cerca de dez anos, e há cinco está passando por tratamento ortopédico. Ela sofre de cinco bursites (no ombro direito, nos quadris, joelhos), além de problemas de tendinite nos cotovelos. Sua tendinite está num estágio avançado, chamado pelos médicos de Tendinite Crônica Calcificada. “Mesmo depois que deixei o caixa e passei a cumprir a função de gerente, a situação persistiu. Tinha de usar o telefone numa posição incômoda e digitar os registros ao mesmo tempo. Recebi orientação da Cassi (Caixa de Assistência do BB) para utilizar um headphone nessa operação, mas o banco não comprou”, detalha ela.

Joana fala também sobre o ambiente de trabalho ao qual estava submetida. “A pressão pelo cumprimento de metas era grande. Antes do diagnóstico de LER/Dort, minha chefia me elogiava pela diligência no serviço, mas assim que tive de pedir licença para os tratamentos, surgiram os problemas. A chefia criava empecilhos para a liberação, o que fez com que os tratamentos ficassem de lado”. Joana critica ainda a postura do banco na prevenção aos acidentes no ambiente de trabalho. Segundo ela, o BB dispõe de apenas um funcionário responsável por fazer o trabalho de prevenção e conscientização contra os acidentes de trabalho em todo o DF.

Segundo levantamento do mestre em Administração pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em violência no trabalho, Marcelo Finazzi, a cada 20 dias um



NOS BANCOS PRIVADOS, QUANDO UM BANCÁRIO SE AFASTA POR MOTIVOS DE SAÚDE, ACABA SENDO DEDITIDO

Alexandre Severo



INICIAMOS O TRABALHO COM BANCÁRIOS VÍTIMAS DE DOENÇAS OCUPACIONAIS A PARTIR DE PESQUISA FEITA EM PARCERIA COM A UnB

Conceição Costa



bancário se suicida no Brasil, o que mostra o grande perigo envolvido em problemas como o assédio moral e a forte pressão por metas. Estudos como esses ajudam a entender os motivos que levaram a Previdência Social a alterar o grau de risco de trabalho nos bancos de 1% (risco leve) para 3% (risco grave) em 2007, na classificação dos ambientes de trabalho usados no FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

Finazzi aponta as características que tornam o ambiente bancário tão perigoso para a saúde física e psicológica. “Há pesquisas que evidenciam que os transtornos mentais, de forma geral, compõem a segunda causa de afastamento de bancários para tratamento médico. A primeira causa, que são os distúrbios musculoesqueléticos, também costuma relacionar-se, em boa medida, à organização do trabalho. Resumidamente, os pesquisadores apontam que os problemas psicológicos entre bancários decorrem do excesso de serviços, pressão

exagerada por resultados, busca de performance a qualquer custo, condições ergonômicas inadequadas, trabalho fragmentado ou vazio de significado, medo de desemprego ou de retaliações, receio da ação de meliantes”, aponta o pesquisador. Marcelo é autor de uma tese de doutorado apresentada ao departamento de Psicologia da UnB sobre o suicídio entre os bancários.

Ele aponta também algumas medidas necessárias a serem tomadas pelos bancos para reduzir os danos à saúde dos trabalhadores. “Algumas das medidas seriam disponibilizar canais para denúncias de violências morais, concedendo prerrogativa aos setores de recursos humanos para resolver os problemas práticos apresentados pelos empregados – e não apenas atuar como intermediadores; punir aqueles que utilizam o terror psicológico como prática de gestão e instrumento para superar padrões de desempenho; ajustar o volume de serviços ao limite físico e psicológico do empregado;

É IMPORTANTE FACILITAR O ACESSO AOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

treinar gestores para lidar com conflitos e administrar divergências de opiniões, tendo como base o diálogo e o respeito, e promover reformas para assegurar a segurança, a salubridade e as condições ergonômicas adequadas no ambiente de trabalho. Também é importante facilitar e estimular o acesso de empregados aos serviços de assistência psicológica”.

A par da faceta cruel do trabalho bancário e com a compreensão dos efeitos das mudanças drásticas nos processos de produção nos anos 1990, o Sindicato decidiu promover ações de apoio aos bancários afetados por distúrbios psicológicos e doenças como LER/Dort. Conceição Costa, diretora da Fetec/CUT-Centro Norte e secretária de Saúde da CUT-DF, esteve envolvida com o início desse trabalho, mesmo não sendo dirigente sindical à época. “O trabalho começou com uma pesquisa acadêmica feita em 2003, em parceria com a professora Ana Magnólia, do departamento de Psicologia da UnB, e seus alunos de mestrado. Foram feitos dez encontros entre bancários que sofriam de problemas psicológicos. Quando do término da pesquisa, percebeu-se a necessidade de continuar o atendimento, pois ainda havia demanda”, diz Conceição. Foi a demanda dos próprios sujeitos da pesquisa, os bancários, que deu



Fisioterapeuta orienta participante de ato do Sindicato na Praça do Cebolão

Mesa debate, durante seminário, a violência organizacional no trabalho



continuidade ao trabalho. “Os próprios participantes tiveram a iniciativa de continuar com as sessões. Foi criada então a Clínica do Trabalho, que é um grupo de apoio ao bancário com LER/Dort ou psicopatologia”.

O responsável pelo projeto foi o secretário de Saúde do Sindicato, Alexandre Severo. Ele detalha a metodologia de trabalho do grupo e o contexto no qual se insere a iniciativa: “Todos os bancos têm seus convênios de saúde, só que nós percebemos o seguinte: nos bancos públicos, é mais fácil lidar com esses afastamentos por doenças causadas pelo ambiente de trabalho. Nos bancos privados, quando o funcionário se afasta por motivos de saúde, acaba demitido. Por isso, achamos por bem montar no Sindicato uma estrutura que pudesse atender os bancários com esse tipo de problema, que passa por metas abusivas, falta de ergonomia etc.”.

Num primeiro momento, era um trabalho com grupos de 10 a 15 pessoas, que iam trocando suas experiências e discutindo. Em 2009, o programa foi aprimorado, de forma a prestar também atendimento psicológico individualizado aos bancários afetados por quadros mais severos. “Com o passar do tempo, percebemos que havia casos em que era impossível integrar a pessoa ao grupo imediatamente. A pessoa chegava tão debilitada que poderia desestabilizar todo o gru-

po. Então, o Vitor [o psicólogo responsável pelo grupo] passou a oferecer sessões individuais, antes de integrar essas pessoas ao grupo”, detalha Alexandre.

Vitor Barros Rego é mestre em Psicologia Social e do Trabalho pela UnB e o responsável pela condução da Clínica do Trabalho. “O método principal usado na clínica é o espaço de discussão, feito de forma coletiva. São várias pessoas que compartilham suas vivências sobre o ambiente de trabalho e se reconhecem nas experiências uns dos outros. Um dos motivos para que o assédio moral seja tão comum nos bancos é a sua banalização. Muitas vezes, as pessoas nem percebem que estão sendo vítimas de assédio até que o problema se complique”, explica o psicólogo.

Segundo Vitor, a volta dos grupos da Clínica do Trabalho estava marcada para março, com algumas novidades. “Além do tradicional grupo de lesionados, estamos querendo implantar agora um grupo para gestores, pois estes constituem a maior parte dos que nos procuram com problemas psicológicos. Nesta função, as pessoas estão submetidas a uma dupla pressão: por um lado, sofrem com as metas abusivas recebidas dos superiores, e por outro tem de acuar os funcionários para realizarem as metas, que eles sabem ser injustas. Em suas falas, percebe-se um grande dilema ético, pois muitas vezes eles são forçados a tomar posições diante da equipe que eles mesmos consideram erradas”.

As ações de prevenção de acidentes e contra o assédio moral vão se intensificar por parte do Sindicato. No dia 25 de fevereiro, por exemplo, a CUT-DF e o Sindicato realizaram um seminário sobre LER/Dort e a violência organizacional do trabalho, voltado para dirigentes sindicais, militantes e trabalhadores em geral. O evento foi uma da série de iniciativas programadas entre as duas entidades para a semana que antecedeu o 28 de fevereiro, Dia Internacional de Prevenção às lesões por esforço repetitivo. 

*Nome fictício

Reunião do grupo de apoio a bancários vítimas de doenças laborais



Depoimentos de bancários acometidos de sofrimento psicológico grave, feitos a um psicólogo

“Acho que eu tenho que fazer o que eu fazia: trabalhar o tempo todo. Pelo menos eu não parava para chorar.”

“Eu entrava pra ganhar. Já fui várias vezes segundo colocado, mas ninguém vê o segundo, né? Eu penso que o banco não merecia isso tudo. Eu imaginava um final diferente. Hoje eu não consigo sentar numa cadeira e atender um cliente. Eu queria sentir orgulho: eu trabalhei, eu conquistei, eu batalhei. Eu nunca quis fazer o trivial. E agora eu precisava ser assim e eu não consigo. (...) Eu já tive muito amor pelo meu trabalho. Amava mais o trabalho do que a mim mesmo. Aí eu penso: o que sobrou pra mim? Nada!”

“Vou é tocar fogo naquele banco. Só assim para eu aceitar. (...) É muito cruel aceitar que o seu passado estragou o seu futuro.”

“Saí de lá me sentindo um lixo, daqueles que nem recicláveis são. É muita pressão. A superintendente dizia que ninguém ficasse choramingando no ouvido dela, e que as metas eram aquelas: 150%!”

Agência do BB de Águas Lindas (GO) lotada e com apenas um caixa funcionando



Combate

à precarização no trabalho e à deterioração no atendimento

Ações conjuntas entre bancários e vigilantes nas agências do BB e da Caixa e junto ao Ministério Público visam melhores condições de trabalho, de segurança, mais contratações e respeito à população

“
O QUE SE VÊ SÃO
AGÊNCIAS COM
NÚMERO INSUFICIENTE
DE FUNCIONÁRIOS,
VÁRIAS UNIDADES
COM PROBLEMAS
DE INFRAESTRUTURA E
INSEGURANÇA

Rodrigo Britto

→ THAÍS ROHRER

O movimento nas agências e o lucro dos bancos aumentaram em 2009, mas o que não cresceu na mesma proporção foram os salários dos bancários e o número de contratações nas agências em todo o Brasil. Os funcionários dos bancos continuam sobrecarregados e várias agências estão sem condições de trabalho.

Tudo isso resulta em consequências para sociedade e no questionamento do verdadeiro papel do banco público no país. Em resposta aos problemas enfrentados pelos bancários e pela população, o movimento sindical tem organizado várias ações para cobrar uma postura séria dos bancos.

A situação no Distrito Federal e no Entorno acompanha o caos vivido em várias agências bancárias das outras cidades brasileiras. Só no mês de março o Sindicato dos Bancários de Brasília está vistoriando 46 agências do Banco Brasil e da Caixa. Essas blitzes confirmam as más condições de trabalho dentro dos bancos. Um técnico em segurança do trabalho, uma fisioterapeuta e um especialista em segurança participam das vistorias para fazer um levantamento das condições físicas e logísticas, de trabalho e segurança e atendimento dos clientes e usuários. “O que se vê são agências com número insuficiente de funcionários, e ainda, há várias unidades com

A PRÓXIMA MEDIDA DO SINDICATO SERÁ UMA DENÚNCIA NO MPT

problemas de infra-estrutura, falta de segurança, condições insalubres para o trabalho e para o atendimento”, ressalta Rodrigo Britto, presidente do Sindicato.

A próxima medida do Sindicato será uma denúncia no Ministério Público do Trabalho para as empresas se adequarem às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. “Uma série de normas para a saúde do trabalhador precisam ser obedecidas, como a NR 17 do Ministério do Trabalho e Emprego. Já conseguimos fechar algumas agências em que foram constatadas condições inadequadas ao trabalho e vamos avançar por mais contratações e melhores condições no ambiente de trabalho para a categoria”, frisa José Pacheco, diretor da Fetec-CN. Já foram visitadas agências em Planaltina, Taguatinga, Águas Claras, Brazlândia, Asa Norte, Ceilândia, Sobradinho, Gama e Águas Lindas. Algumas foram paralisadas e outras fechadas devido às más condições de trabalho.

A ação dos trabalhadores nos bancos foi unificada. Bancários e vigilantes estão juntos pela melhoria nas condições de trabalho dentro das agências. “A situação nos bancos interfere não só na vida daqueles que trabalham nos bancos, mas da população que utiliza dos serviços. A segurança

e as boas condições de atendimento beneficiam a todos”, comenta Rafael Zanon, diretor do Sindicato. “As regras de segurança da Polícia Federal não estão sendo cumpridas. A porta giratória é uma delas, em desacordo com a portaria 387 da Polícia Federal. Por isso, as categorias juntas vão pressionar os patrões por condições dignas no ambiente de trabalho”, completa Rogério Ferreira, delegado do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal.

O papel dos bancos públicos

Os bancos públicos são instituições públicas que têm compromisso legal com a sociedade. Entre as principais atribuições está o estímulo ao crédito financeiro, suporte a projetos sociais, entre outras questões. “As empresas parecem estar perdendo esse foco quando não oferecem o devido serviço adequado para os clientes e usuários”, diz Jeferson Merira, diretor do Sindicato.

Quem vai às agências bancárias tem que enfrentar filas, estrutura insegura e muitos locais em condições insalubres de trabalho. A categoria exige rapidez na contratação dos 10 mil novos do BB e nos 5 mil novos empregados da Caixa, conforme acordo firmado em 2009. O excesso de trabalho dos bancários gera o mau atendimento para a população com agências lotadas. E mais problemas estão à vista.

No Banco do Brasil a implantação do programa BB 2.0 vai provocar sérias dificuldades de atendimento nas agências, já que busca em primeiro lugar a rentabilidade, sem preocupação com o desenvolvimento do país, privilegiando os correntistas em melhores condições financeiras.

Agência da Caixa em Brazlândia com funcionários trabalhando até às 20h46



OS BANCÁRIOS CONTINUAM TRABALHANDO MAIS QUE O EXPEDIENTE. EM MARÇO DE 2010 VIMOS COLEGAS ALMOÇANDO ÀS 18H

Wandeir Severo

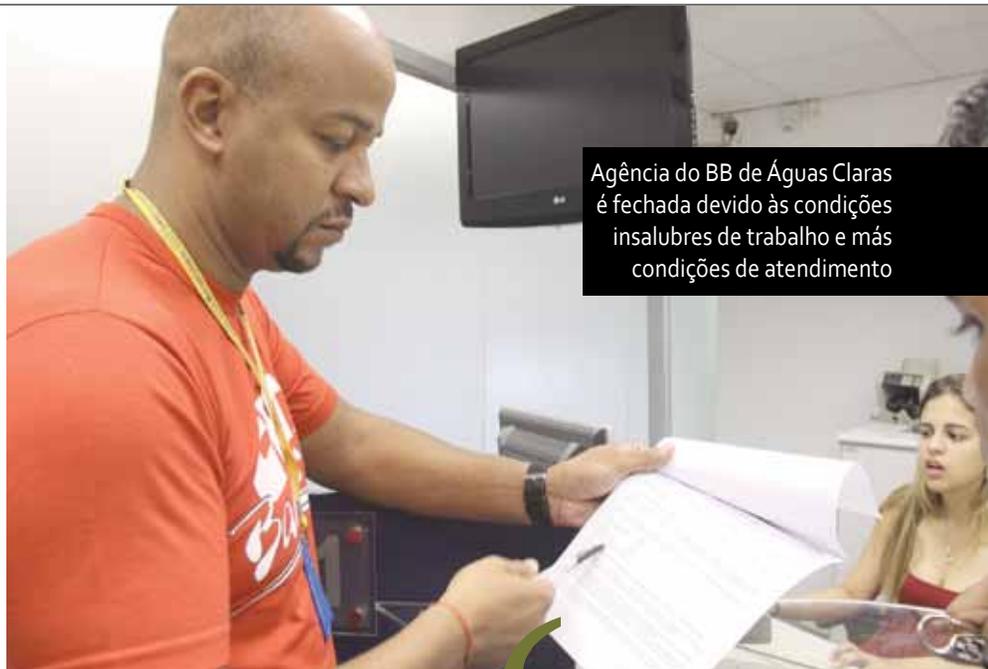
Protesto na agência do BB em Taguatinga com problemas de infraestrutura e insegurança



O BB 2.0 exclui 90% da população economicamente ativa, a maioria dos pequenos produtores rurais (responsáveis por 60% da produção agrícola) e micro e pequenos empresários (responsáveis por mais de 70% dos empregos no país).

Os correntistas que ganham até R\$ 4 mil não terão atendimento do gerente. O BB aconselha que esse público utilize os canais de auto-atendimento. As longas filas vão continuar, já que muitos bancários serão encaminhados para o gerenciamento do Módulo-Alta Renda e para os outros módulos acima. "Há poucos funcionários, principalmente nas agências das regiões administrativas. O que acontecerá em Brasília é que a população pobre será a mais prejudicada. Isso mostra um tratamento desigual para a população", afirma Wadson Boaventura, diretor do Sindicato.

A situação também não mudou para os empregados da Caixa que trabalham a mais que o expediente e ainda com desvio de função. "O fato já foi denunciado a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no DF (SRTE-DF) mostrando um dossiê com as denúncias de sobrecarga de trabalho, fraude no ponto, extrapolação das horas extras, desvio de função e falta de estrutura. Os representantes da empresa fizeram ar de espanto quando denunciarmos a situação em meados de 2009. Têm a cara de pau de dizer que isso não acontece mais na Caixa. Só que em março de 2010



Agência do BB de Águas Claras é fechada devido às condições insalubres de trabalho e más condições de atendimento

vimos colegas indo almoçar às 18h e saímos de uma vistoria de uma agência às 21h com bancários trabalhando", relata Wandeir Severo, diretor do Sindicato.

A SRTE-DF deve convocar nova reunião, ainda no primeiro semestre, para verificar as medidas para melhora de condições oferecidas pela Caixa. "A questão é que o banco tem aprovados disponíveis e estão chamando a conta-gotas. O banco precisa de mais empregados rápido", afirma Enilson da Silva, diretor do Sindicato. ❗



HÁ POUCOS FUNCIONÁRIOS, PRINCIPALMENTE NAS AGÊNCIAS DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS. O QUE ACONTECERÁ EM BRASÍLIA É QUE A POPULAÇÃO POBRE SERÁ A MAIS PREJUDICADA

Wadson Boaventura



Bancário só consegue almoçar às 18h30

Lucro dos bancos

O Banco do Brasil registrou em 2009 o maior lucro da história do setor com R\$ 10,148 bilhões, alta de 15,3% na comparação com 2008. A Caixa, que atua como banco social, também ultrapassou as metas estimadas pelo próprio banco, chegando ao valor de R\$ 3 bilhões.



Um peso no bolso e na saúde de todos

Trabalhadores do ramo financeiro gastam uma alta parcela dos salários com plano de saúde sem poder colocar os pais como agregados e ainda enfrentam problemas para o atendimento médico

→ THAÍS ROHRER



ATUALMENTE
HÁ 53.3
MILHÕES DE
BENEFICIÁRIOS
DE PLANOS DE
SAÚDE NO PAÍS.
HOUE UM
CRESCIMENTO
DE 20 MILHÕES
EM NOVE ANOS

Os planos de saúde levam uma fatia gorda do salário de muitos bancários todos os meses, que ainda têm de enfrentar problemas com a rede descredenciada para atendimento médico.

Os gastos são maiores para quem precisa bancar custos de saúde dos pais. Rita* está nesse grupo de pessoas. Ela é funcionária de um banco privado no DF e compromete R\$ 500, equivalentes a 16,6% do salário, só com o plano de saúde. O gasto dela está acima da maioria dos brasileiros, já que a população desembolsa com saúde, em média, R\$ 95,14, de acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar mais recente, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), independentemente das contribuições com a Previdência. Houve um crescimento de 60% nos beneficiários de plano de saúde em nove anos.

Os agregados ao plano de saúde são

uma novela à parte. Os bancos privados acabaram com esses beneficiários. Os pais dos empregados entravam nessa classificação. Atualmente, os bancos públicos também só aceitam os dependentes diretos: cônjuge e filhos.

Os bancos acabaram com os agregados para reduzir custos, já que a empresa pagava uma porcentagem do valor. “Os bancários e familiares necessitam do plano de saúde, já que a saúde pública não funciona efetivamente”, frisa Saulo Rodrigues, diretor do Sindicato. Preocupados com o atendimento na rede pública de saúde, a grande maioria dos trabalhadores recorre aos planos particulares oferecidos pela empresa e acabam pagando, integralmente, o valor dos agregados. Confira o gráfico (na página seguinte) sobre os beneficiários de plano de saúde no país.

Foi assim que começou a estressante história de Rita e mais alguns colegas de

trabalho quando o banco excluiu, no fim do ano passado, os pais do plano de saúde contratado. No caso dela, a medida provocou desespero, já que o pai de 85 anos estava em tratamento de um câncer de próstata. “Fiquei completamente desesperada com a situação nem consegui trabalhar direito porque meu pai não podia parar o tratamento no meio, nem eu podia pagar um plano mais caro, já que R\$ 400 era o valor só do plano dele. Os bancos têm que rever a situação dos agregados, já que atualmente o convênio médico é imprescindível”, conta a bancária. Na tabela do novo plano o reajuste seria de 100%, devido à idade avançada do pai.

Depois de dias buscando uma solução, o pai da bancária chegou a ficar um período com o plano suspenso. Ela descobriu, então, que a Lei nº 9656/98 garante que o plano privado de assistência à saúde não interrompa o tratamento que está em andamento. Isso fez com que alguns bancários continuassem com os agregados no plano antigo pagando o mesmo valor. “A parcela de mais de 16% já significa um valor altíssimo do salário da bancária gasto só com o plano, sem contar os outros gastos com a saúde como remédios”, analisa Vander Lucas, economista e professor da Universidade de Brasília (UnB).

O caso de Rita ainda é uma exceção, já que pela força da lei ela conseguiu manter



OS BANCOS TÊM QUE REVER A SITUAÇÃO DOS AGREGADOS, JÁ QUE ATUALMENTE O CONVÊNIO MÉDICO É IMPRESCINDÍVEL

Rita

o pai no plano como agregado, mas na maioria dos casos a história não se repete. Como os bancários não podem acrescentar os pais como agregados têm de pagar um plano à parte, que sai bem mais caro.

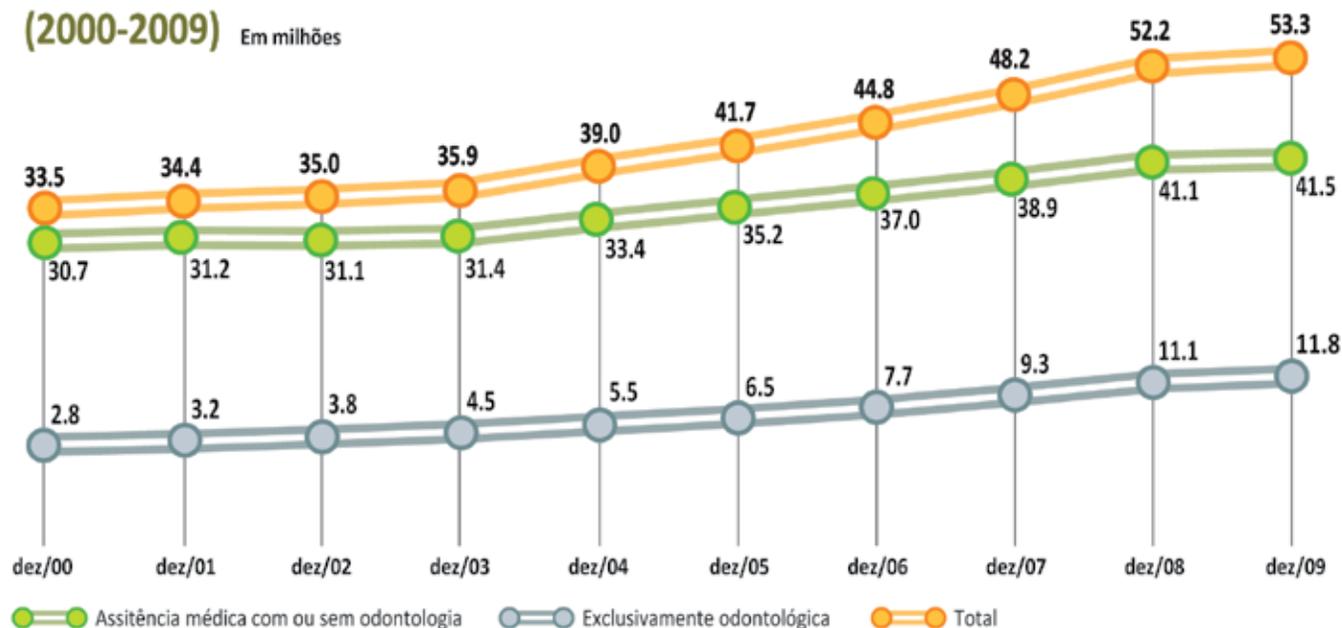
Nos bancos públicos a situação é mais amena, os planos de saúde são vinculados a própria empresa com um percentual menor descontado no salário do empregado. Enquanto nos bancos privados a parcela pode chegar na faixa dos 16% de desconto, nos bancos públicos a variação está entre 2% (BRB Saúde e Saúde Caixa) e 3% para a Cassi.

O transtorno por falta de atendimento

Os usuários de plano de saúde estão no meio da briga entre médicos e as operadoras dos convênios. Muitos profissionais pararam de fazer os atendimentos porque querem uma participação maior nas consultas. Os bancários fazem parte do grupo que tem enfrentado sérios problemas. “Na época da greve dos pediatras, eu procurei um hospital porque meu filho estava doente. Tive de pagar R\$ 90 pela consulta”, relata Washington Henrique, diretor do Sindicato. Os usuários podem pedir o ressarcimento, mas têm de passar por uma série de trâmites burocráticos que cansam os usuários.

Alguns especialistas pararam de atender os convênios médicos reivindicando reajuste nos honorários. O Ministério da Justiça entrou nessa guerra e está investigando, de um lado, a União Nacional das Instituições de Autogestão (Unidas), por suspeita de formação de cartel e de práticas que quebram a concorrência de mercado. A unidas representa as caixas de assistência dos trabalhadores, como a Cassi, BRB Saúde e Saúde Caixa, e tenta negociar preços de atendimento compatíveis aos planos dos trabalhadores. Alguns grupos de hospitais e entidades médicas no Distrito Federal, por outro lado, deverão responder pelas mes-

Beneficiários de planos de saúde por cobertura assistencial do plano (2000-2009) Em milhões



Fonte: Sistema de Informações de Beneficiários - ANS/MS - 06/2009

Nota: O termo “beneficiário” refere-se a vínculos aos planos de saúde, podendo incluir vários vínculos para um mesmo indivíduo.



NA ÉPOCA DA GREVE DOS PEDIATRAS, MEU FILHO ESTAVA DOENTE. TIVE QUE PAGAR R\$ 90 PELA CONSULTA NO HOSPITAL

Washington Henrique

mas acusações de cartel, pois suspendem atendimentos coletivamente no braço de ferro com os planos de saúde, em detrimento dos usuários.

Os bancos acabam tendo que intervir quando os convênios não resolvem a situação como no caso da Unimed, plano saúde dos bancários do Itaú Unibanco. Depois da pressão da categoria pela dificuldade de atendimento, já que hospitais e laboratórios suspenderam o atendimento. O plano deu o prazo para resolver as pendências até fevereiro, mas não cumpriu e nem se pronunciou sobre o assunto. Por isso, o Sindicato enviou uma carta à direção do banco solicitando providências rápidas.

“O Sindicato reivindica que os bancos ofereçam não só os planos saúde, mas que eles sejam eficazes com uma boa cobertura. Manter o trabalhador saudável é uma vantagem também para a empresa que continuará com mais um funcionário valorizado e produtivo”, afirma Alexandre Severo, secretário de Saúde do Sindicato. 

*Nome fictício

Agenda do Trabalhador

Calendário marcado por eleições, congressos e lutas gerais dos trabalhadores

O próximo quadrimestre será muito movimentado, exigindo da categoria atenção, mobilização e muita participação. Tudo começa já no final de março, entre os dias 29 e 31, com a eleição da diretoria do Sindicato para o triênio 2010/2013. Três chapas se registraram na comissão eleitoral para a disputa. São as seguintes as chapas inscritas:

Chapa 1 – CUT Bancários (Sempre na luta por sua qualidade de vida), encabeçada pelo atual presidente do Sindicato Rodrigo Britto;

Chapa 2 – Bancários em Luta (Oposição de Verdade), cujo candidato a presidente é Ricardo de Sousa Machado.

Chapa 3 – Bancário, é hora de mudar (Sindicato é pra lutar), que concorre com Rodrigo de Sousa Claudio para a presidência.

A lista completa dos candidatos por chapa pode ser vista no site do Sindicato www.bancariosdf.com.br. A comissão eleitoral distribuirá jornal com programa das chapas e instruções para a primeira votação.

Março

20 – Encontro Regional de Mulheres Trabalhadoras para discutir a Participação Política das Mulheres e a Plataforma da Classe Trabalhadora para as eleições de 2010. Local: Sinpro/DF – Informações: www.sinprodf.org.br

29, 30, 31 – Eleição para diretoria do Sindicato dos Bancários de Brasília

Abril

1º a 9 – Eleição na Cassi;

6 – Estreia do Programa do Servidor na TV Comunitária (canal 8 da NET) A exibição será todas as terças-feiras, de 19h às 20h, com apresentação do jornalista Alfredo Bessow

7 – Apresentação do balanço da Previ no Sindicato dos Bancários (EQS 314/315 sul)

17 a 17 – Eleição na Previ

26 a 6 de maio – Eleição na Funcef Congresso Distrital dos Funcionários da Caixa (data a definir)

II Congresso Distrital dos Funcionários do BB (data a definir)

Campanha Salarial do Sindiserviços

29,30 e 1º de maio – 11º Congresso Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão em Florianópolis

Maio

1º – Dia do Trabalhador

28 a 30 – 21º Congresso Nacional dos funcionários do BB ; 26º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef);

Campanha Salarial dos vigilantes;

Eleições no Sinpro

Junho

1º - Grande assembleia sindical em São Paulo, para organizar a mobilização pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário e debater a 4ª Jornada Nacional de Debates, coordenada pelo Dieese, de preparação das campanhas salariais de 2010.

Fala Leitor, este espaço é seu

Nele você pode expressar sua opinião sobre os assuntos tratados na revista, além de mandar críticas, elogios e sugestões. Aguardamos sua carta ou e-mail!

Envie sua mensagem para o email da Secretaria de Imprensa ou para o endereço da sede do Sindicato: imprensa@bancariosdf.com.br / EQS 314/315 - Bloco A - Asa Sul - Brasília - DF - CEP 70383-400

Com relação ao que achei da revista Extratos, informo que gostei muito das informações, bem como das fotos e das matérias em geral. Revista moderna e com linguagem simples e objetiva. Continuem assim. Vocês estão de parabéns.

Laertes Telles de Moraes
Bancário da Caixa - Brasília

Quero cumprimentá-los pela esmerada edição da Revista, mostrando que se trata de uma

entidade que trata com extremo respeito aqueles que ajudaram a construí-la. Para quem não vive o dia-a-dia do mundo e das demandas sindicais, a revista também é interessante na medida em que possibilita conhecer um pouco mais das lutas e dos desafios de toda categoria bancária. Meus cumprimentos pela iniciativa.

Roberto Nogueira de Carvalho
Guará II – Brasília

“A agência virou uma boutique”

→ LUIZ EDUARDO BRAGA

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) passou por um amplo processo de reestruturação nas últimas décadas, marcado principalmente pela alteração no tipo de propriedade das empresas. De um lado, foi patente a redução da participação dos bancos públicos. Por outro lado, houve um crescente ingresso de bancos estrangeiros de grande porte que atuam no setor.

A reestruturação processada levou a um aumento dos índices de eficiência, mas isso não se refletiu em melhorias para o conjunto da categoria bancária nem para a sociedade como um todo. Os bancos vêm registrando cada vez mais lucros, enquanto aumentam as demissões, as condições de trabalho estão cada vez mais insalubres, há defasagem salarial e precarização da mão de obra e a população sofre com o mau atendimento e a falta de crédito.

As transformações ocorridas no SFN nos últimos anos e como elas afetaram os trabalhadores foram os principais assuntos abordados pelo secretário de Organização do Ramo Financeiro da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Miguel Pereira, nesta entrevista à revista *Extratos*.



Extratos: Quais foram as principais mudanças ocorridas nas instituições financeiras nos últimos anos?

Miguel Pereira: Durante a década de 90, as empresas passaram por um processo no qual elas se redesenharam. Com os bancos não foi diferente. No Brasil, com o fim dos altos índices de inflação, acabou o ganho fácil dos bancos e eles tiveram que redefinir o seu papel. Naquele momento, nós vivíamos um Brasil com um projeto político

neoliberal e os bancos públicos começaram a ser vendidos e incorporados pelos bancos privados. Nesse processo, quem estava pior começou a quebrar e os maiores bancos aproveitaram para incorporar esses também. Sem o ganho fácil com a inflação alta, os bancos tiveram que se virar.

Extratos: Então havia uma distorção do verdadeiro papel dos bancos, correto?

Miguel: Sim. Por que eu vou correr risco com a inflação

se eu posso ganhar dinheiro fácil na especulação financeira comum? Por que vou arriscar emprestando dinheiro pra várias pessoas que eu não sei se vão me pagar se eu posso ganhar dinheiro financiando a dívida pública?, pensavam os bancos. Quando acaba a inflação, eles tiveram de se adaptar rapidamente e passaram a fazer o que os bancos fazem em outros países, que é essa coisa de vender produtos e serviços, e passaram a fazer mais operação

de crédito, que sempre foi a principal fonte de receita pros bancos lá fora. Em alguns países desenvolvidos, o volume de crédito é de uma e meia a duas vezes o PIB, enquanto no Brasil, historicamente, este índice é de cerca de 20%.

Extratos: Como se deu a expansão da venda de produtos e serviços?

Miguel: Este passou a ser o carro-chefe dos bancos e não dava pra eles participarem de um negócio como este sendo

VIROU UMA LOJA
DE PRODUTOS E
SERVIÇOS, PENSADA
PARA APENAS
RECEBER QUEM
TEM DINHEIRO



apenas sócio. Eles tinham de ter o controle total do setor e foram constituindo ou comprando as empresas do setor. Hoje, os bancos são donos das grandes seguradoras, das grandes empresas de capitalização, controlam fundos de pensão, de investimento. Isto tudo, é bom lembrar, sem mudar o aparato legal, resquício da época da ditadura militar. Hoje, os bancos privados hoje são verdadeiras holdings, porque têm hoje o controle de todas as atividades do setor.

Extratos: Isso tudo ainda na década de 90?

Miguel: Sim, quando nós vivíamos outro cenário econômico, que não era de crescimento econômico, de divisão da renda, do aumento do emprego. No nosso desenvolvimento econômico não há participação dos bancos, que é a principal tarefa deles. Eles deveriam assumir um risco correspondente, receber uma taxa de retorno, só que no Brasil nós temos o maior spread do mundo, nossas taxas de juros são as mais altas. Então o que eles fizeram foi se adaptar para continuar ganhando dinheiro fácil. A preocupação dos bancos no Brasil é ganhar dinheiro fácil de todas as formas. Cobrando tarifas, cobrando por cada produto, de cada serviço. Cada serviço desses é, na verdade, uma forma de captação. E com o novo cenário macroeconômico positivo, as operações de crédito vêm ganhando importância. Hoje nós já temos um nível de crédito de cerca de 50% do PIB. Isso porque os bancos privados vêm sendo pressionados pelos bancos públicos, que passaram a emprestar mais dinheiro e com juros menores por determinação do governo federal.

Extratos: E nos públicos, como foi este processo?

Miguel: Banco do Brasil, Caixa, BRB e outros que não foram

privatizados permaneceram públicos porque os grandes bancos privados já estavam incorporando tantas empresas menores que eles não tiveram tempo nem condição de comprar estruturas maiores. Imagina só como seria um Itaú tendo que repensar o negócio bancário tendo que incorporar um BB ou uma Caixa Econômica. Então eles foram comprando os menores. Lá atrás, quando nós vivíamos um processo neoliberal, os bancos públicos foram sendo preparados para o paradigma privado. Foram reduzindo despesa, reduzindo o número de funcionários, cortando direitos, numa linha de se aproximar da atuação privada. E nós pagamos um preço alto até hoje porque não conseguimos retomar um projeto público para estes bancos, porque a população acabou comprando o discurso neoliberal naquele momento do governo FHC. Oito anos de governo Lula não foram suficientes para anular isso. Por quê? Porque aquela estrutura interessava a quem tinha o poder econômico. Era uma estrutura de "Estado mínimo" pra população, mas de "Estado máximo" pra banqueiros e empresários. Esse pessoal continua aí. Eles não estão acostumados com uma realidade onde todo mundo ganha, mas sim na que eles ganham e o resto perde.

Extratos: Este pode ser o grande debate da eleição presidencial deste ano?

Miguel: Sim. O PSDB vai disputar a pauta de novo porque muitas das coisas que eles fizeram lá atrás, de implementar uma política de mercado nas ações do Estado, podem voltar. Além disso, toda vez que o governo investe em infra-estrutura e aumenta os salários do funcionalismo público, o que sai na imprensa? "Governo gasta muito", "Governo aumenta dívida pública"... Ora, tem que investir, e pra isso tem que gastar dinheiro.



NÓS NÃO
PODEMOS MAIS
CENTRAR NOSSA
LUTA APENAS NO
BANCÁRIO, MAS
SIM EM TODOS OS
TRABALHADORES
DO RAMO
FINANCEIRO
PORQUE NÃO
ESTÁ MAIS TUDO
DENTRO DO
BANCO, ESTÁ TUDO
DENTRO DE UMA
HOLDING

Extratos: O resultado dos bancos públicos durante a crise econômica pode ser um grande trunfo neste debate?

Miguel: Certamente. Se os bancos privados tivessem enfrentado a crise como os bancos públicos poderiam ter ganhado ainda mais. Os bancos públicos reduziram os juros, aumentaram o crédito e saíram fortalecidos. Os bancos privados tiveram um alívio no compulsório e, ao invés de colocar esse dinheiro em crédito, deixaram dentro do cofre ou compraram empresas que estavam quebrando. A opção dos bancos públicos estava correta, mas mesmo assim os bancos privados ganharam dinheiro porque construíram uma estrutura pra ganhar dinheiro de qualquer forma.

Extratos: Você acha que, mantendo este cenário macroeconômico positivo, a tendência dos bancos privados é ampliar o crédito também?

Miguel: Eu acho que sim, porque é uma demanda dos clientes, que precisam de crédito. Economia com estabilidade, inadimplência diminuindo, tudo levando a crer que o cenário macroeconômico se manterá por um bom tempo. Eles só não farão isso se não quiserem ganhar dinheiro, o que eu duvido.



Extratos: E o reflexo disso para o bancário?

Miguel: Mudou muita coisa. Era um volume de atendimento muito grande, as agências eram preparadas para isso, tinham uns 20 caixas de atendimento. Hoje a maioria das coisas que você fazia na boca do caixa pode fazer pela internet, num correspondente bancário ou por um caixa eletrônico. A agência virou uma loja para comercializar produtos e serviços, é uma boutique. E quem entra em boutique é quem tem dinheiro. Foi pensada uma estrutura bancária para receber apenas quem tem dinheiro, quando na verdade o banco é feito pra quem não tem

dinheiro. Mudou-se, então, o nível de emprego, o modelo de agência bancária. Antes ela devia receber todo tipo de depósito, todo tipo de aplicação. Agora só é pra entrar quem vai comprar algum produto que seja rentável ao banco. Além disso, passou a se buscar obsessivamente a redução dos custos; os bancos competem pra ver quem consegue lucrar mais gastando menos.

Extratos: E os desafios futuros?

Miguel: Nós ficamos 10 anos com salários congelados nos bancos públicos e temos que lutar para termos aumentos reais que compensem essas perdas. Hoje estamos discutindo plano de cargos e salários em vários bancos e tem outra pauta, que volta a ser levantada agora com força, que é a da regulamentação do Sistema Financeiro Nacional. A Constituição Federal diz que o sistema financeiro deve promover o desenvolvimento do país e servir aos interesses da coletividade, o que é muito legal, mas não se aplica porque até hoje não foi regulamentado. Outra questão importantíssima para o movimento sindical é que nós não podemos mais centrar nossa luta apenas no bancário, mas em todos os trabalhadores do ramo financeiro porque não está mais tudo dentro do banco,

está tudo dentro da holding, no banco é muito pouco. O direito constitucional à organização sindical, à greve, consiste em você parar a produção, causar certo prejuízo ao patrão, pra ele atender a sua reivindicação, mas hoje a gente não está parando produção, não passa mais tudo pelo banco, os demais setores da holding continuam funcionando muito bem e a telemática possibilita a pessoa trabalhar em qualquer lugar, inclusive fora da agência.

Extratos: Como combater a precarização da mão de obra do ramo financeiro?

Miguel Pereira: Nós temos que ter em mente que somos mais fortes se nos unirmos. Não somos apenas bancários, há várias categorias trabalhando dentro do ramo financeiro e se cada uma lutar sozinha por suas reivindicações não têm a mesma força se todas lutarem juntas. Boa parte destes trabalhadores não aparece ao grande público, trabalham na retaguarda, são terceirizados, ganham mal e têm condições de trabalho desumanas. São várias categorias, com planos de carreira diferentes, participações no lucro diferentes, trabalhando para empresas de CNPJ diferentes, mas o patrão é um só, o dono da holding, e o objetivo também é um só, o lucro deste dono. Devemos caminhar num sentido de termos todos a mesma data-base, sentar juntos para negociar com o nosso patrão comum, respeitando as especificidades de cada segmento.

Extratos: O que falta para alcançar isso?

Miguel Pereira: Isso não acontece de uma hora pra outra. É um processo, leva um tempo, mas passos estão sendo dados nesse sentido. Nós, da Contraf-CUT, estamos nos esforçando para aumentar essa consciência em cada sindicato. O Sindicato de Brasília é um dos mais avançados nesse caminho e deve continuar avançando.





Avanços a comemorar, mas muito ainda a transformar

Elas constituem metade da categoria, mas, como as demais trabalhadoras, ainda são discriminadas, com salários menores e barreiras para promoção profissional

→ THAÍS ROHRER



**EU SEI QUE EXISTE
A DISCRIMINAÇÃO,
MAS ESSA CULTURA
DE QUE AS MULHERES
SÃO INFERIORES TEM
DE ACABAR**

Shirley Barros

Os caminhos para ascensão profissional e valorização salarial ainda mais complicados para as mulheres no Brasil do que em outros países. Elas conquistaram vários avanços no mercado de trabalho, mas não têm o mesmo reconhecimento dos homens. As trabalhadoras com nível superior ganham, em média, R\$ 2.656,47, já os homens recebem R\$ 4.623,98 de acordo com os dados de acordo Ministério do Trabalho e Emprego de 2008.

A discriminação sofrida pelas bancárias também ficou evidente na divulgação do Mapa da Diversidade, pesquisa feita pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) após pressão do movimento sindical. O salário médio das mulheres contratadas pelos bancos nos primeiros três meses de 2009 foi de R\$ 1.535,34, enquanto a remuneração média dos homens admitidos no mesmo período chegou a R\$ 2.022,56, uma diferença

de 24,09% em prejuízo das bancárias.

As dificuldades e preconceitos não impediram, porém, que a bancária Shirley Barros conquistasse o sucesso profissional. Passou por vários cargos e funções até chegar à gerente-executiva da Coger do Banco do Brasil. Além de bancária há 29 anos, ela também é mãe de quatro filhos. Shirley é a única mulher da unidade da contadoria do banco em Brasília e dá a receita da superação. “Eu sei que existe a discriminação em relação às mulheres, apesar de nunca ter sofrido diretamente, mas acredito que temos de ir atrás da oportunidade. Todo reconhecimento que consegui foi pelo meu trabalho, sem apadrinhamento dentro do banco. Essa cultura de que as mulheres são inferiores tem de acabar”, afirma.

A história da bancária não é a regra nos bancos, inclusive no BB, onde aproximadamente 4.601 mulheres exercem funções comissionadas, enquanto os homens detêm 8.564 dessas funções, no Distrito Federal.



INSISTIMOS NA LUTA PELA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES NO MERCADO

Rosane Alaby

Além de representar apenas 48,8% do setor, as mulheres ganham 10% a menos que os homens nos cargos de gerência nos bancos. “É um absurdo que ainda existam essas situações em que as mulheres são desvalorizadas tendo a mesma competência profissional. Por isso, insistimos na luta pela igualdade entre os trabalhadores”, destaca Rosane Alaby, diretora e coordenadora da Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual (CGROS) do Sindicato.

Não bastasse a questão da remuneração, há uma outra questão séria que persegue a mulher trabalhadora: o assédio moral. “Conseguimos a discussão do problema nos bancos como um marco nos acordos coletivos. O debate é importante para as mulheres, que são a maioria das vítimas. Tivemos conquistas importantes, mas ainda há muito no que avançar”, Mirian Fochi, conselheira deliberativa eleita da Previ e secretária de Assuntos Jurídicos da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Muitas conquistas pela frente

A partir dos dados do Mapa da Diversidade a CGROS pretende buscar ações afirmativas para melhorar as condições da mulher no ambiente de trabalho. “As ações também têm que buscar incluir as mulheres negras, que atualmente representam somente 8% da categoria”, frisa Cida Sousa, diretora do Sindicato. “Nas agências privadas você só vê mulher, mas na hora de valorizar e promovê-las ninguém se lembra”, ressalta Louraci Moraes, diretora do Sindicato.

A desigualdade é uma situação antiga nos bancos. A aposentada da Caixa, Marlene Dias, se lembra das dificuldades que as mulheres encararam. Primeiro para adquirir a independência e liberdade para trabalhar fora de casa. Ela começou a trabalhar em 1965 e enfrentou situações de preconceito por ser mulher. “A única coisa que lamento é as mulheres ainda serem tratadas com desigualdade. Em resposta, as mulheres continuam pressionando os bancos”, comenta.

Marlene é um exemplo de vitalidade. Mesmo após a aposentadoria, continuou no movimento sindical reivindicando melhorias para a categoria. Atualmente ela se divide nos cargos de diretora da Federação Centro Norte (Fetec/CUT-CN), secretária-geral da Associação do Pessoal da Caixa (Apcef) e vice-presidenta da Associação dos Economistas Aposentados do DF (AEA-DF).



AS AÇÕES PRECISAM INCLUIR TAMBÉM AS MULHERES NEGRAS, QUE REPRESENTAM SOMENTE 8% DA CATEGORIA

Cida Sousa

Raio X das bancárias

48,8% do setor

8,18% de negras nos bancos

52,2% das mulheres têm até 25 anos

9,6% das mulheres têm curso superior

Elas ganham **78%** dos salários dos homens bancários

Representam **48,8%** do setor

As bancárias recebem **10%** a menos que os homens em cargo de gerência nos bancos

Dados do Mapa da Diversidade, divulgado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Os sindicatos de todo o país ajudaram e 204.794 dos bancários responderem os questionários.



Marcha Mundial de Mulheres

Uma peregrinação pela igualdade entre as mulheres foi o objetivo da Marcha Mundial de Mulheres, que tem o tema: Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outros movimentos sociais iniciaram uma caminhada que partiu de Campinas, interior de São Paulo, no dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher), e seguiu durante o mês de março por várias cidades do estado. Os eixos das manifestações foram a defesa de bens comuns e serviços públicos, fim da violência contra as mulheres, ratificação pelo Brasil da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da igualdade de oportunidades e tratamento, entre outros temas.

Ampliação da licença maternidade **uma conquista** também em bancos privados

Depois de muita pressão do movimento sindical, as funcionárias de bancos privados também já usufruem da licença maternidade de 180 dias, assegurando mais qualidade de vida para mãe e bebê

→ THAÍS ROHRER

Só a mãe sabe a importância de estar um minuto a mais com filho, principalmente durante os primeiros meses de vida. Por isso, a categoria ultrapassou vários obstáculos até garantir a ampliação da licença maternidade para 180 dias. “Estava ansiosa esperando a ampliação. Acompanhei toda a luta da categoria, principalmente durante a gravidez. Mais tempo com meu filho me traz qualidade de vida. O bebê é totalmente dependente da mãe no início, é uma fase de dedicação integral”, conta Suelen da

Silva, bancária do Santander Real. Ela usufrui da ampliação da licença maternidade e agora curte mais dois meses com Guilherme, que completou cinco meses em março.

Foi só em janeiro deste ano que os bancos privados começaram a conceder a licença e a aderir ao Programa Empresa Cidadã, que garante incentivos fiscais para as empresas participantes.



MAIS TEMPO
COM MEU
FILHO **ME TRAZ**
QUALIDADE
DE VIDA

Suelen da Silva





O movimento sindical pressionou os bancos durante anos até conseguir mais essa conquista. A mobilização foi intensificada com atividades, protestos e apoio parlamentar durante 2009. Veja as principais ações do Sindicato dos Bancários de Brasília na página 26. “Não é uma luta só nossa, já que todas as trabalhadoras devem ter esse direito. A medida vai garantir boa saúde e bom desenvolvimento físico e mental da criança”, ressalta Rosane Alaby, diretora do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Suelen estava preocupada se teria que voltar a trabalhar quando seu bebê estava com apenas quatro, já que Guilherme ainda não se alimentava de sopas ou frutas. Além disso, como todo recém-nascido, seu filho estava em período de constantes vacinações que podem deixá-lo febril ou com outros efeitos. “É meu segundo filho e já vejo a diferença em poder ficar mais tempo com ele. É uma tranquilidade na minha vida”, ressalta.

A ansiedade da bancária aumentou quando o BRB, a Caixa e o Banco do Brasil já haviam concedido a licença e os bancos privados ainda embarreiravam a ampliação para 180 dias, mesmo sendo uma conquista prevista na Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010 (CCT). Os bancos privados só começaram a oferecer a licença maternidade de 180 dias depois que a Receita Federal publicou a norma regulamentadora para adesão dos bancos ao programa Empresa Cidadã em janeiro de 2010.

MINHA FILHA TEM SETE MESES E AGORA QUE ESTÁ COMEÇANDO COM A ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR AO LEITE. SERIA TERRÍVEL SE EU TIVESSE QUE VOLTAR QUANDO ELA COMPLETOU QUATRO MESES DE IDADE. É UMA PREOCUPAÇÃO MUITO GRANDE COM MEU FILHO EM CASA

Milene Prado

Não é só por uma questão de afetividade que a criança necessita da presença da mãe, mas também por um fator de saúde. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aconselha que o bebê seja exclusivamente alimentado de leite materno até os seis meses de idade. Ele tem as quantidades adequadas de carboidratos, proteínas e gorduras, além de conter anticorpos valiosos na prevenção infecções e outras doenças.

Conquista árdua

O BRB foi o último banco público a conceder a ampliação da licença maternidade de 180 dias. O BB garantiu a licença no dia 27 de março de 2009, seguido da Caixa no dia 28 de abril do mesmo ano. Milene Prado é uma das primeiras bancárias do BRB a gozar da licença de 180 dias. A mãe de primeira viagem não se cansa de falar dos benefícios da amamentação de seis meses. “Minha filha tem sete meses e agora que está começando com a alimentação complementar ao leite, seria terrível se eu tivesse que voltar quando ela completou quatro meses de idade. É uma preocupação muito grande com o filho em casa. A criança precisa da mãe por perto” frisa Milene.

Ela trabalha no BRB há sete anos e vibrou com mais essa conquista. “Quando eu vi que tinha saído à licença de seis meses na Caixa e no BB já fiquei esperançosa. Eu vi que o Sindicato já estava reivindicando isso e que conseguiríamos, era só uma questão de tempo”, conta a bancária. Um mês depois do nascimento de Maressa o banco começou a conceder a ampliação. “É bom para empresa e para as funcionárias a ampliação da licença maternidade. Quando elas voltam a trabalhar despreocupadas, têm um melhor desempenho profissional”, completa Cida Sousa, diretora do Sindicato e funcionária do BRB.

Os percalços que as bancárias superaram até conseguirem a ampliação da licença maternidade para 180 dias. Confira a retrospectiva de algumas ações do movimento do sindical na luta

O caminho da conquista



Uma comissão de dirigentes sindicais bancários foi à Câmara dos Deputados, no dia 11 de novembro de 2009, para pressionar parlamentares a agilizar a regulamentação da lei 11.770/2008, que institui o Programa Empresa Cidadã. A iniciativa garantiria à categoria a ampliação da licença maternidade para 180 dias, já que concessão desse benefício à bancária está vinculada à adesão do banco ao programa, conforme a convenção coletiva assinada com a Fenaban.

A LICENÇA DE 180 DIAS É UMA LUTA DE TODAS AS TRABALHADORAS

Rosane Alaby



No dia 24 de novembro de 2009, o Sindicato entregou uma carta à ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) solicitando que intercedesse junto à Fenaban para que a extensão da licença-maternidade prevista na Convenção Coletiva fosse concedida às funcionárias dos bancos privados.



Bancárias e bancários com o apoio do Sindicato realizaram no dia 2 de dezembro de 2009, um protesto pela ampliação da licença maternidade para 180 dias nos bancos privados. Os dirigentes sindicais percorreram todas as agências do Setor Comercial Sul conversando com a categoria sobre o aumento da licença maternidade.

O decreto que regulamenta a Lei nº 11.770 foi aprovado no dia 23 de dezembro de 2009. Ele cria o Programa Empresa Cidadã, que garantem incentivos fiscais as empresas que participam do programa.

O DECRETO QUE REGULAMENTA A LEI Nº 11.770 FOI APROVADO EM 23 DE DEZEMBRO DE 2009



Dirigentes do Sindicato e da Contraf-CUT conseguiram retirar o último empecilho para que os bancos privados ampliassem a licença maternidade. Em reunião no dia 20 de janeiro, o coordenador geral de tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli se comprometeu a disponibilizar no site da Receita o termo para inscrição dos bancos no programa. 



Pedro Tupinambá
é economista e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), subseção do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Os bancos públicos e as operações de crédito no contexto de crise

A crise internacional resgatou uma velha premissa, a de que o modo de produção capitalista não subsiste sem a ação conjunta do Estado na economia, nem tampouco resiste sob a anarquia liberal capitalista ou de livre-mercado



**ESTA FOI UMA
CRISE DE UM
PADRÃO DE
ACUMULAÇÃO
LIDERADO PELAS
FINANÇAS E DE
HEGEMONIA
DO PENSAMENTO
NEOLIBERAL**

Pedro Tupinambá

A eclosão da crise financeira internacional em agosto de 2007 no mercado imobiliário norte-americano — no chamado segmento *sub-prime* (baseado em empréstimos imobiliários de maior risco) — e seu agravamento em setembro de 2008 com a falência de um dos maiores bancos de investimento dos Estados Unidos, o *Lehman Brothers*, trouxe consequências profundas sobre a economia mundial.

Pela sua magnitude, foi considerada como a maior crise do capitalismo — desde a crise econômica de 1929, por atingir praticamente todos os países e regiões do mundo, embora tenha se percebido que sua duração e intensidade tenham afetado de modo diferenciado os países, regiões e setores da atividade econômica.

A crise internacional sob o olhar dos trabalhadores

Quanto aos antecedentes da crise — eclodida com o estouro da bolha do mercado imobiliário norte-americano —, quais os elementos que desencadearam esse processo, se partirmos de uma análise crítica e da perspectiva dos trabalhadores?

É preciso destacar que esse processo remonta à chamada desregulamentação do sistema financeiro mundial que, ao se basear na acumulação de capital fictício e nas inovações financeiras, impôs uma lógica de rentabilidade que se desmoronou com a crise. Seu elemento central teve como pano de

**O ESTADO RETOMOU
SEU PAPEL NA
MANUTENÇÃO DO
INVESTIMENTO**

fundo a realização de operações financeiras de altíssimo risco, com limitado controle das autoridades monetárias dos países. Além disso, a intensa mobilidade do capital em busca das regiões de menor custo (em termos de salários, impostos, crédito e infra-estrutura) visava atingir níveis de rentabilidade insustentáveis diante das finanças desreguladas.

É, portanto, a crise de um padrão de acumulação liderado pelas finanças e de hegemonia do pensamento neoliberal, de valorização do livre mercado a todo custo e, independentemente de suas consequências — que passam a ser questionados. Não foi à toa que se difundiu entre os governos da maioria dos países a necessidade de impor regras e mecanismos de regulação ao movimento do capital financeiro¹.

¹ Estima-se que os países comprometeram mais de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) global para socorrer o sistema financeiro, de modo a evitarem o colapso do sistema financeiro internacional desde setembro de 2008. Diante disso, os países mais industrializados e desenvolvidos economicamente, do chamado G8 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia), cogitam a cobrança de uma taxa global sobre os bancos e a remuneração dos banqueiros no intuito de financiar os custos arcados pelos governos, algo inimaginável no período anterior à crise.

Repercussões sobre o lado real da economia

Entre seus efeitos mais imediatos, observou-se que as instituições financeiras e as firmas, especialmente as que realizavam operações de crédito de risco elevado (como na aplicação em derivativos), passaram a ter dificuldades na obtenção de novos recursos e linhas de crédito de curto prazo. Como decorrência das restrições de crédito internacional, houve uma piora nas expectativas – tanto dos investidores no mercado financeiro quanto das firmas – que passaram a reavaliar o horizonte dos investimentos produtivos. Nesse ínterim, disseminou-se a percepção de incerteza a respeito da solvência do sistema norte-americano e dos possíveis impactos no setor produtivo (lado real) da economia.

E o Brasil, como se inseriu nesse processo? A inserção do Brasil, assim como os demais países periféricos integrados ao capitalismo financeiro internacional, também se submeteu aos efeitos da crise. Além do encarecimento do crédito para as pessoas físicas e jurídicas, houve uma reavaliação dos indicadores econômicos e sociais, principalmente no que tange ao consumo, ao investimento e ao Produto Interno Bruto (PIB), com efeitos diretos sobre os níveis de emprego e renda, especialmente nos setores dependentes das exportações e do crédito externo.

Condições de enfrentamento e perspectivas

Apesar de não ter estado imune à crise, percebeu-se que o Brasil reuniu condições favoráveis para enfrentá-la. Entre essas condições observadas, ainda em 2008, destacamos:

- A queda significativa na relação dívida pública/PIB (de +50% em 2003 para +/- 35% em 2008);
- As elevadas reservas internacionais (em torno de R\$ 200 bilhões em setembro/2008);
- O dinamismo do mercado interno, com o consumo e os investimentos como fatores de estímulo ao crescimento econômico;
- A diversificação dos destinos das exportações; e, por último,
- A presença das empresas e dos bancos públicos.



Se anteriormente à eclosão da crise o Estado era tratado como uma instituição “ineficiente” do ponto de vista da alocação de recursos, agora é considerado como o principal agente na superação dos efeitos negativos da crise sobre o sistema financeiro e produtivo. De um lado, com a política fiscal via transferência de renda (como na política de valorização do salário-mínimo e nas políticas focalizadas do programa bolsa-família) e no outro com incentivo à retomada do consumo (com a desoneração tributária do setor industrial). Na política monetária, através da queda gradativa da taxa de juros básica (Selic), ainda que a autoridade monetária tenha interrompido essa trajetória ao manter a taxa de juros em 8,75% no início de 2010.

E, por último, com o uso de políticas creditícias a partir da forte atuação dos bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), que juntos conseguiram expandir as operações de crédito, enquanto os bancos privados adotavam um comportamento defensivo, mesmo no cenário de manutenção da rentabilidade das instituições financeiras² e de redução dos depósitos com-

pulsórios pelo Banco Central em pleno auge da crise³.

Segundo dados do Banco Central do Brasil, se em 2007 a taxa de crescimento das operações de crédito dos bancos públicos situou-se em 19%, nos bancos privados foi de 33,0%; já em 2008, em pleno cenário de crise, essa relação se inverte, com crescimento de 40% do crédito nos bancos públicos e de 27% nos bancos privados.

Esses são alguns aspectos que ilustram a retomada do papel do Estado na manutenção do investimento via expansão do crédito dos bancos públicos, embora se perceba os riscos dessa iniciativa quando limitada apenas ao ambiente de turbulência e de crises sistêmicas próprias do capitalismo.

Em suma, a crise internacional resgatou uma velha premissa, a de que o modo de produção capitalista não subsiste sem a ação conjunta do Estado na economia, nem tampouco resiste sob a anarquia liberal capitalista ou de livre-mercado. Na verdade, há uma relação de forte interdependência e de reciprocidade entre o capital privado e o Estado, sem o qual o capitalismo jamais teria resistido às crises sistêmicas. Dessa lição, se espera que o Estado possa preservar e ampliar seu papel de ator principal, independentemente dos ciclos conjunturais, ao mesmo tempo em que reforça e amplia a regulamentação do sistema financeiro. ■

² Segundo o DIEESE, a rentabilidade líquida (Patrimônio Líquido/Lucro Líquido) divulgada nos balanços das dez maiores instituições financeiras foi de 7,78% no 1º semestre/2009, enquanto no mesmo período de 2008 situou-se em 13,63%.

³ No olhar internacional, apesar dos bilhões de dólares e euros transferidos para o sistema financeiro pelos governos dos Estados Unidos e de países da União Européia, os créditos e empréstimos internacionais não retornaram aos patamares anteriores ao ano de 2008.



O setor bancário e a cidade ainda em dívida com deficientes

→ ANDRÉ SHALDERS



A PORCENTAGEM DE DEFICIENTES TRABALHANDO NOS BANCOS GIRA EM TORNO DE 2%, ENQUANTO O MÍNIMO EXIGIDO É DE 5%

Márcio Teixeira

A inserção dos deficientes no mercado de trabalho é um tema cujo debate é relativamente recente. A primeira iniciativa governamental nesse sentido foi feita em 1991, através da chamada Lei das Cotas, a lei 8.213/91, que determina, entre outras coisas, que pelo menos 5% das vagas nas empresas com mais de 1.001 funcionários sejam ocupadas por pessoas portadoras de deficiências.

Segundo o IBGE, o Brasil contava, no ano de 2000, com 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, correspondente a 14,48% da população do país. Proporcionalmente, as pessoas com deficiência auferem rendimentos menores do que as não portadoras de deficiências.

“Apesar de a lei existir já há quase 20 anos, ela ainda não foi cumprida totalmente. A porcentagem de deficientes trabalhando nos bancos gira em torno de 2%, enquanto o mínimo exigido é de 5%. Existem muitos bancos onde sequer é possível avistar deficientes trabalhando”, diz Márcio Teixeira, diretor do Sindicato e membro da Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual (CGROS) da Contraf-CUT, que também trata de questões relativas aos portadores de deficiências.

A inserção dessas pessoas no ambiente profissional depende de uma série de adaptações, tanto da estrutura física dos locais de trabalho, quanto dos equipamentos utilizados. Outra dificuldade constatada é a falta

de mão-de-obra qualificada entre esse segmento, por conta da insuficiência de iniciativas de qualificação profissional.

Em julho de 2009, a Febraban divulgou o Programa de Valorização da Diversidade, ação voltada para a inclusão das minorias sociais no setor bancário. Entre os dados desse projeto, consta que cerca de 49,1% dos deficientes empregados no setor bancário tem até três anos de casa, mostrando o quão recentes são as atitudes por parte dos empregadores no sentido de incluir essas pessoas. O mesmo estudo faz referência a um Termo de Ajustamento de Conduta, de 2008, assinado por 25 bancos. Desses, 23% admitem que seus ambientes de trabalho não são adequados às necessidades das pessoas com deficiência, na maioria das vezes por questões relacionadas à falta das modificações necessárias no ambiente físico.

Oportunidades reduzidas

Sueide Miranda, presidente do Instituto Cultural Educacional e Profissionalizante de Pessoas com deficiência do Brasil (Icep Brasil), explica que a ausência de espaços de capacitação adequados é uma das maiores dificuldades para a inserção dos defi-



EM QUESTÃO DE ACESSIBILIDADE BRASÍLIA AINDA ESTÁ MUITO LONGE DO ADEQUADO

Rogério Fernandes Dias

cientes físicos no mercado de trabalho. “No Brasil há um quadro crônico de exclusão das pessoas portadoras de deficiência do mercado de trabalho. Esse é um problema com várias causas, que vão desde a dificuldade de locomoção e de acesso enfrentada por eles e principalmente a falta de políticas governamentais voltadas para a qualificação e a inserção profissional das pessoas com deficiência. O Distrito Federal não foge à regra da maior parte do país, e não conta com uma secretaria ou algum órgão do governo local para qualificação e inserção das pessoas com deficiência. Aqui, o que existe mesmo é o trabalho de instituições não governamentais, como o próprio Icep, a Associação Brasileira dos Deficientes Visuais (ABDV), a Associação dos Surdos de Brasília (Asub) e outras. Assim, onde não existem iniciativas locais, os portadores de deficiência ficam praticamente sem apoio, dificultando muito sua inserção no mercado de trabalho, que depende de atenções específicas.”

O Icep é uma entidade filantrópica que desenvolve ações de qualificação profissional e de assistência médica e social para portadores de deficiência, além de colaborar com produtores de equipamentos como cadeiras de roda.



Oldemar, funcionário do BB há nove anos, enfrenta dificuldades diárias para trabalhar

Falta acesso para deficientes

Rogério Fernandes Dias é funcionário do BB há oito anos e portador de deficiência física, em decorrência de paralisia infantil, que o obriga a usar muletas. Ele conta como a falta de adaptações do ambiente físico atrapalha a vida dos bancários com deficiências. “Brasília é um ícone arquitetônico que foi planejado com espaços amplos para facilitar a circulação das pessoas. Mas parece que na época em que planejaram não existiam pessoas com deficiência, pois a maioria dos espaços públicos não é adaptada. Hoje, por conta da legislação existente (a lei 10.098, de 19/12/2000, que regula a acessibilidade nos espaços públicos) foram feitas algumas melhorias, mas não o suficiente. Em questão de acessibilidade, Brasília ainda está muito longe do adequado. Aqui no Setor Bancário Sul nós temos um problema sério com o metrô, que só tem rampa de acesso e elevador em um lado (na 102 sul). Há um colega aqui do Sede I que usa cadeira de rodas, o Renato, e é preciso que o levem de carro até o outro lado para que ele pegue o metrô. O Ministério Público foi acionado, assim como a Procuradoria do Idoso e da Pessoa com Deficiência, mas por enquanto nada foi feito. Embora no meu caso não precise de adaptação, existem agências do BB que ainda necessitam ser adaptadas com equipamentos como elevadores, terminais de atendimento adequados às pessoas com deficiência visual etc.”



HÁ MAIS DE DOIS ANOS, A PREFEITURA DO SBS, COM APOIO DO SINDICATO, PEDIU À PREFEITURA DE BRASÍLIA A INSTALAÇÃO DO ELEVADOR. E ATÉ AGORA NADA

José Pacheco Filho

Oldemar Barbosa é bancário do Banco do Brasil há nove anos. Durante a infância, ele sofreu de poliomielite, e por isso é usuário de cadeira de rodas. Ele narra as dificuldades enfrentadas para trabalhar: “O maior problema é para chegar ao trabalho. Por enquanto, eu tenho um acordo com a área de logística do banco, que disponibiliza um veículo que me busca na estação e me traz até o Setor Bancário. Era para ser provisório, mas por enquanto nada foi resolvido e a situação persiste. Dentro do prédio, a situação é menos grave. O meu andar é adaptado, conta com banheiros adaptados, mobiliário adequado. Os problemas surgem quando eu tenho que me deslocar a outras áreas, em outros andares ou em outros prédios aqui no SBS, onde não existem adaptações”. “Há mais de dois anos a prefeitura do SBS, com o apoio do Sindicato, pediu a instalação do elevador para a Administração de Brasília e até agora nada”, completa José Pacheco, prefeito do SBS e diretor da Fetec-CN.

Mesmo hoje em dia, não é difícil observar casos nos quais a pessoa portadora de deficiência é preterida no ambiente de trabalho. Foi o que aconteceu com Érico Gomes da Silva, bancário do Santander Real em Porto Alegre (RS). Dirigentes do Sindicato dos Bancários daquela cidade se encontraram com representantes do banco no dia 25 de fevereiro para discutir a reintegração do funcionário ao serviço. Durante a reunião, os representantes do banco não souberam dar motivos plausíveis para a demissão do funcionário.

Sindicato garantindo acesso

Desde 2007 a sede do Sindicato dos Bancários vem passando por reforma com a finalidade de adequar o espaço físico às políticas de acessibilidade e ergonomia. Nesse sentido, já foram feitas a troca do mobiliário, a construção de rampas de acesso e, recentemente, de um elevador. “Periodicamente, o Sindicato realiza vistorias nas agências bancárias para averiguar o cumprimento das Normas Essenciais de Funcionamento, que regulam, entre outras coisas, a acessibilidade nos ambientes de trabalho. Então, como poderíamos cobrar adaptações dos bancos se não seguissemos nenhuma política de acessibilidade em nosso próprio ambiente?”, diz Edmilson Lacerda, diretor do Sindicato. Vale ressaltar que o conceito de acessibilidade não se restringe somente ao acesso físico aos espaços por parte dos portadores de deficiência. Um ambiente acessível é aquele no qual qualquer pessoa, tenha ela sua mobilidade reduzida ou não, possa se locomover com autonomia e facilidade. 



A estação Galeria do metrô não possui elevador na entrada do Setor Bancário Sul

Crise no DF

afeta o imaginário popular

→ ANDRÉ SHALDERS

O aprendizado da população com os desdobramentos da Operação Caixa de Pandora, que desbaratou um esquema de corrupção no GDF e provocou prisões, renúncias e afastamentos de “gente graúda”

Sob vários aspectos, a crise política que atualmente assola o Distrito Federal é sem precedentes. Pela primeira vez desde a abertura democrática dos anos 1980, um governador foi preso e o risco de uma intervenção da União em uma das unidades da federação esteve presente. O inquérito da Operação Caixa de Pandora, da PF, ajuda a entender a gravidade deste momento ao explicitar que membros de todas as esferas do poder local (legislativa, executiva e judiciária), estão envolvidas nas denúncias de arrecadação e distribuição de propinas.

A crise política trará desdobramentos que são imprevisíveis, pelo menos até o fechamento desta edição. Uma coisa, entretanto, é certa: as prisões, renúncias e demais episódios envolvendo altas autoridades do GDF contrariam o senso comum, que postula (com bastante fundamento histórico) a impunidade de políticos flagrados em episódios de corrupção.

Venício Lima é sociólogo e professor titular aposentado do departamento de ciência política da UnB, e autor de várias obras na área. Segundo ele, ainda é cedo para conhecer os impactos mais duradouros da crise na opinião pública. “Pessoalmente, eu acredito que o fato de o Arruda estar preso tem sim potencial para alterar, pelo menos em alguma medida, a noção popular de que todos os crimes cometidos por políticos sempre “acabam em pizza”. Nós sabemos que, na verdade, ele não foi preso pela corrupção em si, mas por ter obstruído o processo de investigação. Para grande parte da população, entretanto, isso não faz diferença. O que acaba tendo o maior impacto é o fato de um peixe graúdo ter caído na rede. Por outro lado, existe um

CARREATA DOS
BANCÁRIOS LEVA
CAIXÃO DE ARRUDA
PARA PROTESTO NA
CLDF, EM DEZEMBRO

discurso, que também está mais ou menos presente no imaginário popular do DF, segundo o qual o Arruda foi injustiçado. Esse discurso reza mais ou menos o seguinte: 'o governador roubava, mas também fazia muita coisa, por isso, é uma injustiça que ele esteja preso enquanto outros políticos, igualmente ladrões, continuam soltos'. Resta esperar que a crise se desenrole para saber realmente quais serão seus impactos na opinião pública"

Para o professor, dificilmente a crise representará uma mudança de postura da classe política. "Eu tenho minhas dúvidas sobre o potencial dessa crise para gerar uma mudança na postura ética das classes políticas do país ou mesmo do DF. É certo que, pelo menos desde a crise política de 2005, provocada por escândalos de corrupção no governo federal, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal têm tido uma atuação mais incisiva em relação aos casos de uso indevido do dinheiro público. O cerco dessas instituições aos casos de corrupção tem se apertado realmente. Entretanto, a corrupção é algo por demais enraizado na cultura brasileira para ser extirpado totalmente. A percepção de que se deve 'tirar uma casquinha' do Estado é algo antigo e generalizado na sociedade brasileira, que não se resume às classes políticas. A sociedade brasileira tem um certo complexo de culpa em relação à corrupção, como se ela fosse invenção nossa. Mas na verdade, sabe-se por exemplo que os romanos já eram corruptos proverbiais. A tradição política das nações ibéricas [portugal e espanha] também envolve muita corrupção".

Ao longo do desenvolvimento da crise política no GDF, a parlamentar bancária Erika Kokay (PT-DF) desempenhou um importante papel no sentido de garantir a apuração das



FORAM TOMADAS VÁRIAS MEDIDAS, COMO A PRISÃO DE ARRUDA, QUE DEVEM SERVIR DE EXEMPLO EM SITUAÇÕES FUTURAS

Erika Kokay

denúncias. Segundo a parlamentar, o andamento da crise demonstra o amadurecimento das instituições democráticas. "Foram tomadas várias medidas, como a prisão de Arruda, que devem servir de exemplo e referência em situações futuras. Nós vivemos hoje num estado de direito que foi conquistado a duras penas. Neste momento, esse estado demonstra maturidade suficiente para que diferentes instâncias de poder possam se regular, a fim de atender o clamor popular", diz a deputada.

Exemplo desse tipo de regulação entre diferentes instâncias de poder foi dada pela mudança de postura da Câmara Legislativa após a prisão preventiva do governador Arruda, decretada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), no dia 11 de fevereiro. No en-

tendimento dos ministros do STJ, Arruda estaria tentando atrapalhar as investigações da PF, o que ficou explícito após a descoberta da tentativa de suborno ao jornalista Edson "Sombra", que iria depor sobre o caso.

Antes da prisão preventiva, os trabalhos da CPI criada naquela casa legislativa para investigar as denúncias de corrupção estavam praticamente parados. Após a saída inesperada do presidente da Comissão, o parlamentar Alírio Neto (PPS), o vice-presidente da CPI, Batista das Cooperativas (PRP) adiou a eleição do novo presidente por duas vezes, sem maiores explicações. Antes de ser preso, o próprio governador Arruda declarou que "toda crise passa".

Bastou que Arruda fosse preso para que as investigações e a tramitação dos pedidos de impeachment prosseguissem. No dia 18 de fevereiro, uma semana após a prisão, foi formada a Comissão Especial que aprovou, no dia 26, o pedido de impeachment protocolado contra o governador.

Durante todo o desenrolar da crise, ficou clara importância da mobilização popular e das manifestações para garantir o cumprimento da lei e a punição dos culpados. Coincidentemente ou não, um dia antes da decisão do STJ de prender Arruda, uma manifestação do Movimento Fora Arruda levou cerca de 300 pessoas para a rua, saindo do Palácio do Buriti e indo até o STF, na contramão do Eixo Monumental. Apesar do grande engarrafamento causado pela manifestação, que começou pouco antes das 18h, os próprios motoristas apoiaram a manifestação com um buzinaço.

Atores políticos como os movimentos sociais, estudantis, sindicais e partidos políticos tiveram uma grande importância ao organizar a reação da sociedade contra a impunidade. "O Sindicato vem se mobilizando



no sentido de exigir a apuração de todas as denúncias, contra todos os envolvidos e até a última instância. No nosso entendimento, é necessário promover uma limpeza profunda na política do DF, atendendo à necessidade e ao clamor da população. Crimes como esses que agora vêm à tona revelam um desrespeito bizarro à vontade popular e às instituições, por parte de vários integrantes da classe política.”, declara Rodrigo Britto, presidente do Sindicato.

É importante lembrar que vários dos processos de corrupção que estão sendo investigados pela Operação Caixa de Pandora, da PF, tiveram início ainda durante a gestão de Roriz à frente do GDF. É o que comenta Rejane Pitanga, presidenta da CUT-DF. “Na verdade, a Caixa de Pandora começou a desmontar um esquema criminoso que está instalado no GDF, desde a época de Roriz, e que vem trazendo várias consequências extremamente negativas para Brasília, tanto em termos de imagem, quanto para a autoestima da população trabalhadora, que construiu essa cidade com muita luta e honestidade. Por isso, é importante que os eleitores de Brasília acompanhem a atuação de seus candidatos, procurem se informar sobre a trajetória, sobre a vida pregressa dos políticos a fim de promover uma faxina ética na política do DF. E que as pessoas saibam também que foi durante o governo do Roriz, que agora se arvora a defensor da ética, que todo esse esquema de corrupção foi montado. Agora é fora Arruda, fora P.O. e Roriz nunca mais”, diz a dirigente sindical.



A CAIXA DE PANDORA COMEÇOU A **DESMONTAR UM ESQUEMA CRIMINOSO** QUE ESTÁ INSTALADO NO GDF DESDE A ÉPOCA DE RORIZ

Rejane Pitanga



André Nepomuceno: “Queremos apuração até as últimas instâncias”

A prisão de Arruda e a defesa do BRB

Durante os dias do carnaval deste ano, o Ministério Público Federal protocolou junto à justiça uma denúncia na qual o diretor de mercado do BRB, Francisco Soares, foi citado para a produção de prova testemunhal. Segundo a imprensa, Francisco teria ordenado a retirada, sem a devida quitação ou negociação da inadimplência, das pendências cadastrais referentes à empresa de Edmilson Edson dos Santos, conhecido como “Sombra”. Teria também ordenado a concessão antecipada e sem condicionantes de um crédito garantido no valor de R\$ 450 mil.

Edson “Sombra” foi convocado pela Polícia Federal a depor no inquérito da Operação Caixa de Pandora, que investiga o esquema de corrupção vigente no GDF durante a gestão Arruda. Há cerca de um mês, outra tentativa de suborno a Edson “Sombra”, flagrada pela PF num restaurante de Brasília e com uma mala de dinheiro vivo, foi o que motivou a prisão preventiva de Arruda, decretada pelo STJ.

Ainda segundo noticiado, as alusões ao diretor do BRB mostram que o banco público pode ter sido utilizado para tentar obstruir o processo de investigação do esquema criminoso. Deve-se ressaltar que, de acordo com as notícias veiculadas, tanto a retirada das dívidas da empresa de Sombra quanto o empréstimo não obedecem de forma nenhuma aos critérios

técnicos exigidos para as operações do banco, sendo totalmente irregulares.

“Diante da magnitude dos fatos políticos e criminais, o Sindicato, cobrou que, em nome da transparência organizacional e em respeito à sociedade, a direção do banco afastasse o diretor Francisco Santos e apurasse, de forma autônoma, até as últimas instâncias, qualquer suspeito de envolvimento nos tentáculos da Caixa de Pandora”, lembra André Nepomuceno, secretário-geral do Sindicato.

“Ricardo Vieira, ex-presidente do banco, deixou a instituição em 1º de fevereiro de 2009, por “motivos pessoais e encarar novos desafios no mercado financeiro”. Outro a deixar a diretoria foi Flávio Couri, ex-secretário-geral do DEM-DF, posição na qual atuou durante a gestão do ex-vice-governador do DF, Paulo Octávio, que aliás presidiu um ex-diretório do DEM, que foi dissolvido”, detalha André. Segundo o secretário-geral, o momento da crise é propício para uma renovação no BRB. “O BRB vive um momento de crescimento, tendo obtido um faturamento recorde de R\$ 190 milhões em 2009, devido ao trabalho árduo dos funcionários. Acreditamos que esse resultado tenha força para alavancar a instituição em vários aspectos, inclusive na renovação de cargos da direção e nos conselhos do conglomerado, onde a escolha deveria priorizar pessoas com o conhecimento técnico adequado, conduta ilibada e principalmente provenientes da carreira do banco”, destaca o dirigente sindical. ■

Veja a cronologia da crise no DF no site www.bancariosdf.com.br

A construção do novo bairro destrói área de preservação e acentua os problemas urbanos, prejudicando o meio ambiente e a qualidade de vida em Brasília. O empreendimento só favorece a especulação imobiliária, afirmam especialistas



Setor Noroeste, desrespeito ao espaço público

→ ANDRÉ SHALDERS



O NOROESTE
É ALTAMENTE
PREDATÓRIO
E TRARÁ UM
GRANDE
IMPACTO
AMBIENTAL
PARA A REGIÃO

Denise Paiva

Ao assumir o GDF em 2006, o governador afastado do DF, José Roberto Arruda, tinha como um de seus principais objetivos a construção do Setor Noroeste, na área ocupada pela Reserva Ecológica do Bananal e pela comunidade indígena que se reúne em torno do Santuário dos Pajés, acima da Asa Norte, em posição análoga ao do Setor Sudoeste.

Mesmo entre os bancários, não é difícil encontrar quem tenha vontade de conquistar um apartamento no novo bairro. Os preços no local, porém, já atingem a elevada cifra de R\$ 12 mil por metro quadrado. As somas envolvidas na construção do Setor Noroeste são impressionantes, até mesmo para os padrões de Brasília. Ao longo de 2009, a Terracap (empresa pública que administra as áreas para construção do DF) lucrou R\$ 1,314 bilhão com a venda de terrenos no novo bairro. Todos esses números demonstram a grande procura que existe, por parte das

classes mais abastadas, pelos apartamentos no novo bairro, que é anunciado aos brasilienses como uma Ecovila, um empreendimento sustentável e ecologicamente correto.

Tal propaganda, entretanto, é falaciosa, destinada a convencer os incautos, segundo especialistas. A bióloga e ambientalista Denise Paiva detalha as diferenças entre as verdadeiras ecovilas e o Setor Noroeste. “A ecovila se caracteriza principalmente por ser autossustentável. Ela é construída para um número reduzido de pessoas e conta com soluções de pequena escala para o abastecimento de água, eletricidade, rede de esgoto, independentes das redes públicas. O lixo produzido também é aproveitado ou destinado no local, visando eliminar o impacto ambiental gerado pelos moradores. O Noroeste, por sua vez, é altamente predatório, totalmente dependente das redes públicas e trará um grande impacto ambiental para a região. É um absurdo venderem esse bairro como sendo uma ecovila”, destaca ela.

A construção do novo bairro tem causado polêmica entre vários setores da sociedade, tais como arquitetos, urbanistas, ambientalistas e militantes de movimentos sociais, que fazem severas críticas ao projeto do bairro. Um dos principais pontos na argumentação do GDF para justificar a construção do Noroeste é a de que o bairro está previsto num estudo feito por Lúcio Costa em 1987.

Entretanto, o bairro previsto no estudo Brasília Revisitada é bem diferente do que será o Noroeste. Nele, Lúcio Costa descreve o Setor Noroeste como um espaço destinado a atenuar a exclusão espacial, aproximando do centro da cidade as faixas mais pobres da população, algo que definitivamente não é a finalidade do bairro do ex-vice-governador e empresário do ramo imobiliário, Paulo Octávio. Além disso, o Brasília Revisitada previa apenas seis quadras, um pequeno centro habitacional, com prédios construídos nos moldes das chamadas “quadras econômicas”, semelhantes às quadras 400 do Plano Piloto. Esses dados estão presentes na pesquisa “A construção do Setor Noroeste feita pelo Correio Braziliense”, redigida em 2009 pelo jornalista Alan Schvarsberg.

O projeto atual para o Setor Noroeste prevê a construção de 20 quadras residenciais e outras 27 de uso institucional e comercial. A previsão é de que o bairro, após concluído, tenha cerca de 40 mil moradores de alto poder aquisitivo. Por conta dessas características, urbanistas prevêem que o empreendimento imobiliário deverá piorar, à semelhança do Sudoeste hoje, a situação do trânsito de veículos em toda a região norte, especialmente na entrada, que atualmente já sofre congestionamentos frequentes devido ao grande número de veículos particulares vindos em sua maioria do Lago Norte.



O SETOR NOROESTE DEVERÁ PIORAR A SITUAÇÃO DO TRÂNSITO DE VEÍCULOS EM TODA A REGIÃO NORTE



Paulo Octávio e a Funcef

Conforme noticiado em veículos como o Estado de São Paulo e a revista Época, o grupo empresarial de Paulo Octávio está envolvido também num rombo que pode chegar a R\$ 200 milhões à Funcef, o fundo de pensão dos funcionários da Caixa. Em dezembro de 2009, cinco ações cíveis foram ajuizadas na Justiça Federal pelo procurador da República Carlos Henrique Martins Lima, baseado em investigações feitas pelo Ministério Público Federal. Entre outras coisas, o procurador pede a devolução do dinheiro à Funcef. A história remonta a 1997, quando da construção do Brasília Shopping. A obra foi tocada pelas empresas de P.O. em sociedade com a Funcef. Há vários indícios, segundo as investigações feitas, de que ex-diretores da Funcef autorizaram, na época, repasses às empresas do ex-vice-governador “como estratégia para subtrair indevidamente recursos”, como afirma o Ministério Público. Em 19 de novembro do ano passado, após quatro anos de cobrança do Ministério Público, o grupo Paulo Octávio admitiu que a Funcef repassou mais dinheiro do que deveria. As investigações do MP contaram com auditores da própria Caixa.



Arruda, P.O. e o mercado imobiliário

A imobiliária de Paulo Octávio, a maior do DF, construiu juntamente com outras duas empresas um suntuoso stand de vendas do Setor Noroeste na quadra 208 Norte, deixando claros os interesses econômicos envolvidos na construção do novo bairro de luxo de Brasília. “A construção do Setor Noroeste vem sendo encabeçada por ninguém menos que a dupla Arruda-Paulo Octávio, cuja falta de lisura no tratamento com o dinheiro público vem sendo demonstrada nos últimos meses pelas investigações da Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, que desvendou o suposto esquema de arrecadação e distribuição de propinas no GDF”, diz Rafael Zanon, diretor do Sindicato.

Frederico Flósculo, arquiteto, doutor e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de Brasília (FAU-UnB), avalia a construção do Setor Noroeste



como uma ofensiva à lógica do planejamento de Brasília. “Na verdade, a construção de ambos os bairros (Setor Sudoeste e Setor Noroeste) representa uma afronta à idéia do planejamento urbano sob a qual Brasília foi construída. O planejamento urbano é uma ciência complexa, que leva em conta várias questões, como a ambiental e a do atendimento às necessidades do conjunto da sociedade. A construção do Noroeste representa a prevalência do modelo baseado na criação de ‘mercadorias imobiliárias’, ligado aos in-

teresses especulativos de setores empresariais, que até agora controlavam o GDF, em detrimento do planejamento urbano feito com seriedade e controle social. Existe uma percepção entre esses grupos que é a seguinte: ‘uma vez desautorizado o planejamento dentro da área tombada (do Plano Piloto), todo o Distrito Federal estará à mercê da especulação imobiliária, sem qualquer restrição’.

A dobradinha Arruda-Paulo Octávio tentou emplacar a construção do Setor Noroeste ainda na época do último governo Roriz. Foi a Associação dos Empreendedores do Mercado Imobiliário (Ademi), à época presidida por Paulo Octávio, que encomendou e pagou ao arquiteto Paulo Zimbres o projeto do Setor Noroeste. O projeto foi entregue gratuitamente à Terracap por Arruda, que chegou a ser secretário de Obras no governo Roriz. Os estudos de impacto ambiental necessários à construção do Setor Noroeste também foram terceirizados, tendo sido encomendados pela Terracap a uma empresa privada.



Ocupação do espaço e desigualdade

Desde o início, a ocupação do espaço em Brasília é marcada pela opressão e pela desigualdade. As primeiras vítimas desse processo foram os trabalhadores que vieram construir a capital, os candangos. Quando criou o planejamento urbano de Brasília, Lúcio Costa não se preocupou em definir uma área para os trabalhadores que deram o sangue para a construção da cidade. Os idealizadores de Brasília acreditavam ingenuamente que os candangos, em sua maioria da região Nordeste, voltariam para seus lugares de origem concluída a construção. “A população não quis voltar, apesar de todas as previsões da época estabelecidas e planejadas para que pelo menos um terço da população regressasse”, afirmou Lúcio Costa num debate no Congresso Nacional alguns anos após a inauguração de Brasília.

Os candangos se alojaram então no DF sem qualquer auxílio ou apoio por parte do poder pú-

blico, enfrentando toda sorte de infortúnios. As ocupações dos trabalhadores dariam origem mais tarde a bairros como a Vila Planalto e Candangolândia. A cidade de Ceilândia traz no nome a marca da exclusão desses trabalhadores: Ceilândia vem de Centro de Erradicação de Invasões, pois foi para lá que foram removidos os ocupantes “ilegais” de áreas do DF.

Nos dias atuais, persiste o problema da falta de habitações em Brasília, cujos preços estão muito acima da média nacional. Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que, em 2008, de um total de 746 mil imóveis residenciais, 211 mil estavam nas mãos de inquilinos e não dos proprietários— o que corresponde a 28,25% do montante. O número, proporcionalmente, supera a média nacional, que chegou a 16,56%. A grande quantidade de imóveis alugados é causada, sobretudo, pelo preço salgado dos imóveis da capital, que estão entre os mais caros do Brasil e impedi-

tivos para muitos que desejam ter a casa própria. Nos últimos cinco anos, o preço médio do metro quadrado se valorizou entre 20% e 25%.

Ao lado do Rio de Janeiro, o mercado imobiliário DF fica atrás apenas de São Paulo em volume de vendas e faturamento, mesmo atendendo a uma população bem menor. As imobiliárias estimam que em 2009, apenas cerca de 20% das vendas de imóveis realizadas no DF foram voltadas aos segmentos de menor renda da sociedade, numa clara demonstração da falta de interesse do mercado imobiliário em garantir o amplo acesso à moradia. Segundo estudo realizado pelo IBGE em dezembro de 2009, o DF é a unidade da federação que mais concentra renda, dificultando ainda mais o acesso da maior parte da população à casa própria. O índice de Gini, constatado pela pesquisa no DF, ficou em 0,62, enquanto a média brasileira é de 0,53.

Desrespeito ao meio ambiente e aos indígenas

A construção do Setor Noroeste também ameaça diretamente o abastecimento de água de Brasília. Isso porque a área destinada à construção do bairro – A Reserva Indígena do Bananal – é onde fica a bacia de drenagem do lago Paranoá, e serve de zona de amortecimento para o Parque Nacional de Brasília. Sob a reserva existe também um aquífero. Grupos como o Movimento Cerrado Vivo e o Fórum Ambientalista do DF apontam que a impermeabilização do solo pelo concreto e a remoção da cobertura vegetal no local contribuirão para o assoreamento dos cursos de água no local (o Córrego do Acampamento e o Ribeirão do Bananal), pondo em risco a integridade dos mananciais da Bacia Hidrográfica do Paranoá.

“A destruição do cerrado na área do Setor Noroeste trará graves problemas para o abastecimento de água em Brasília. A impermeabilização do solo, por conta das construções, prejudicará a função da área de recarga de um aquífero que existe ali sob o solo. Além disso, o bairro acabará por sobre-carregar as estações de tratamento de esgoto (ETE's) que atualmente desembocam no Lago Paranoá”, sustenta a bióloga Denise.

Além dos graves impactos ambientais, o Noroeste representa também um grave

desrespeito às comunidades indígenas. Na reserva do Bananal se localiza o Santuário dos Pajés, considerado um espaço sagrado pelas etnias que o habitam. Em torno do Santuário dos Pajés existe uma comunidade indígena multi-étnica, formada por cerca de 40 indígenas, de nove famílias e cinco etnias diferentes. “O santuário existe há 41 anos, desde 1969. Além disso, o Santuário dos Pajés é um ponto de referência importante para os indígenas que viajam pelo país”, destaca o Cacique Korubo, indígena considerado liderança espiritual no Santuário.

O grupo indígena, que se encontra na contramão do poder econômico e dos interesses do mercado imobiliário de Brasília, vem sofrendo assédios constantes. No dia 30 de março de 2009, a casa do índio Towê foi queimada, segundo laudo da PF, numa ação criminosa. A comunidade também assistiu ao covarde espancamento do cacique Korubo. “No início de 2009 nós começamos a tentar parar as máquinas que devastavam a área e desde então temos sofrido ameaças de morte por parte de pistoleiros contratados. Fui para o interior do estado de Goiás, temendo pela minha vida, sem contar a ninguém. Voltei nove meses depois percebendo que também lá eu estava em risco. Cheguei em janeiro deste ano, e a destrui-

ção no parque Burle Marx continuava”.

Entre idas e vindas na justiça, a destruição do cerrado no Setor Noroeste continua. Quem for hoje à Reserva do Bananal terá a chance de assistir à destruição do cerrado pelos tratores da Terracap, embora a área seja considerada como intangível pelo plano de manejo ambiental do parque. No dia 4 de novembro de 2009, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pedindo a interrupção das obras até que sejam concluídos os estudos antropológicos sobre os indígenas. A Justiça Federal decidiu, no dia 24 daquele mesmo mês que todas as intervenções da Terracap na área da Reserva fossem suspensas. No início do mês de fevereiro de 2010, o Ibram concedeu à Terracap uma licença de supressão vegetal no parque Burle Marx.

A visita do grupo de antropólogos que dará início ao processo de demarcação da reserva já está marcada para o começo deste ano. Entretanto, o processo de demarcação é lento, tendo chegado a durar anos em vários casos anteriores. Durante este tempo, a estratégia do GDF tem sido assediar a comunidade indígena e continuar tocando a destruição do cerrado virgem da área, enquanto busca decisões liminares na justiça que permitam a continuidade das obras. ■



O MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL
JÁ PEDIU A
INTERRUPÇÃO
DAS OBRAS



O presidente do Sindicato, Rodrigo Britto, no Congresso da Cooperforte



Manifestação na filial da Caixa por PCC/PFG digno e contra a redução dos salários



Em ato, Sindicato exige do BB cumprimento dos acordos



Protesto na Matriz por PFG digno nos 149 anos da Caixa



José Ricardo Sasseron em debate

Mobilização inter



Diretores do Sindicato em rodada de negociação com o BRB



Ato no Sede I BB cobra implantação do plano odontológico



Aposentados participam de



Pré-Carnaval dos Bancários na AABB



Coquetel em homenagem ao Dia Internacional da Mulher



Apresentação de dança cigana



O advogado Luiz Castagna fala no seminário sobre LER/Dort, no Teatro



Assembleia da Caixa discute medidas contra abusos da direção do banco



...sobre o fator previdenciário



Bancários paralisam agência do BB da 504 Norte



Manifestação exige já o plano odontológico no BB

...ensa questiona ...



atividade na Apcef



Diretores do Sindicato abrem curso de matemática financeira



na Semana dos Aposentados



Participantes se preparam para o Passeio Ciclístico



Protesto marca o aniversário de 149 anos da Caixa



Rodrigo Britto em manifestação no BB do SIA



Sindicato discute novo PAC do Itaú Unibanco



Plenária no Teatro para debater PFG da Caixa



Bancários discutem PCCS em reunião com o BB



Bancários da Caixa contra redução salarial

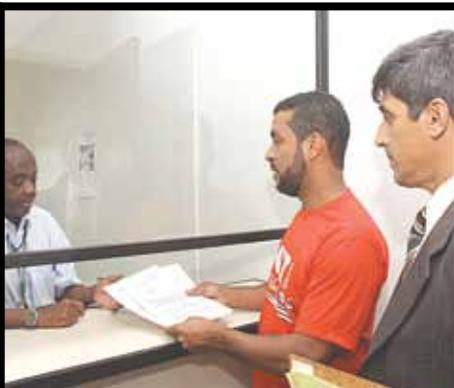
... abuso dos bancos



Protestos pelo DF no aniversário da Caixa



Semana dos Aposentados teve aula de Tai Chi



Sindicato vai à Justiça por plano odontológico no BB



Sindicato protesta por plano odontológico no BB



Pré-Carnaval dos Bancários agitou a categoria

MARÇO A JUNHO DE 2010



Ana Arruda Neiva

Produtora cultural e jornalista atuante no DF em projetos de cinema e de formação de público há cerca de nove anos.

A volta dos cineclubes!

Assim como o Cineclubes Bancário se consolidou como referência no circuito alternativo, podemos perceber maior mobilização e surgimento de cineclubes em Brasília e nas outras regiões. A revitalização do cineclubismo é um sintoma das novas configurações dos tempos atuais, da necessidade de uma distribuição e exibição que priorize o público e que dê espaço real para o cinema brasileiro

→ ANA ARRUDA NEIVA

“
**A VANGUARDA
 CINECLUBISTA RESISTE E
 INSISTE NA CONTRUÇÃO
 DO OLHAR DE FORMA
 CONSTANTE, COLETIVA E
 COMPARTILHADA**

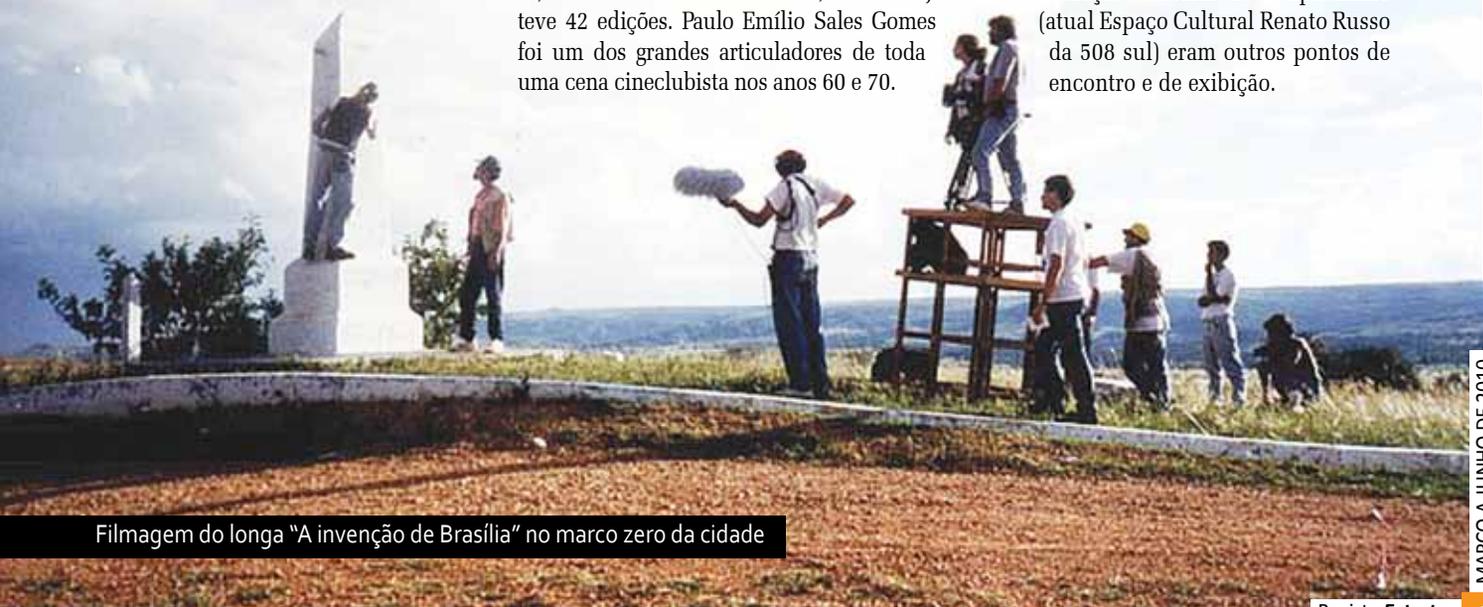
Ana Arruda Neiva

Brasília, em seus quase 50 anos, tem o cinema presente desde a sua fundação. Cineclubes, iniciativas e projetos culturais surgem a todo instante nos últimos anos, como nos outros cantos do país. Antes de pensar sobre os dias de hoje, vale a pena lembrar um pouco mais da história da capital, por muitos não tão conhecida.

Brasília já nasceu com suas (boas) contradições por ser uma cidade nova, mas, simultaneamente, abrigar o mais antigo festival de cinema brasileiro do país. Pouco tempo depois de inaugurado, o famoso Cine Brasília já contava com a I Semana do Cinema Brasileiro, em 1965. Nesse meio século, o Festival já teve 42 edições. Paulo Emílio Sales Gomes foi um dos grandes articuladores de toda uma cena cineclubista nos anos 60 e 70.

O Clube Cinema de Brasília, na W3 sul, contava com pessoas como o próprio Paulo Emílio, Vladimir Carvalho, Geraldo Sobral, Rogério Rodrigues, Geraldo Moraes, Fernando Adolfo, além de atuais realizadores e pensadores de cinema da cidade. Depois da W3, mudou para o Edifício Carioca, perto do atual Pátio Brasil.

Sessões antológicas na antiga Escola Parque 308 Sul contavam com cerca de 500 pessoas e o debate continuava no bar Beirute da 109 Sul, reduto até hoje de boêmios, artistas e agitadores culturais. Era tempo de projeção com a Gaumont 35 mm, ainda com carvão. O Cine Cultura e a Fundação Cultural no Galpãozinho (atual Espaço Cultural Renato Russo da 508 sul) eram outros pontos de encontro e de exibição.



Filmagem do longa "A invenção de Brasília" no marco zero da cidade



BRASÍLIA É UMA CIDADE QUE NASCEU SENDO FILMADA

Vladimir Carvalho

O contrarrâneo velho de guerra Vladimir Carvalho adotou o cerrado quase como sua terra natal e lembra que “Brasília é uma cidade que nasceu sendo filmada”. Desde antes de sua construção, junto com os nobres operários, estavam as câmeras atentas ao nascimento da nova capital de todos os brasileiros. Há registros de uma estrutura de exibição nos primórdios do Núcleo Bandeirante, onde os trabalhadores incansáveis tinham sua morada.

O primeiro curso universitário de cinema no Brasil surgiu na UnB com time bem escalado, tendo mestres como Nelson Pereira dos Santos e Jean-Claude Bernadet. No meio de tanta eferescência, veio o AI5, a expulsão e demissão em massa de professores. O cineclube da Escola Parque foi também invadido por militares em 1968. Foi árduo para a cidade, logo no início de sua formação, retomar o fôlego.

O PRIMEIRO CURSO
UNIVERSITÁRIO DE
CINEMA NO BRASIL
SURTIU NA UNB

Mas os cineclubes existem mesmo para resistir

Embora nos anos 70 e 80 existissem dificuldades para se produzir e exibir filmes, foi quando a cidade acolheu Glauber Rocha, que filmou aqui *A Idade da Terra*, por exemplo. Sempre tinha quem fizesse e pensasse cinema. Ao longo dos anos 90, vieram os equipamentos digitais para mudar o rumo todo. E, nesses novos tempos, houve um momento especial, a retomada do Movimento Cineclubista em 2003, durante o Festival de Cinema, quando Leopoldo Nunes e toda turma do Conselho Nacional de Cineclubes se emocionou junto com veteranos e novos membros dessa rede de cineclubes tão revigorada hoje.

Fica melhor enxergar nos dias de hoje, ao lembrar esses intensos anos, quais seriam as marcas que uma ditadura deixa numa capital planejada e em pleno estágio inicial de formação? Qual seria o diferencial de ser uma cidade construída para ser sede do governo a partir de um projeto tão ousado, com ares de modernidade e utopia?



Cineclube Espaço Aberto de Brazlândia

Impressões comuns: a cidade não tem sotaque, não tem identidade nem esquina. Não tem gente nas ruas, aliás, nem ruas existem direito – todas as quadras são iguais, é difícil se localizar entre tantos números. Mas a cidade vai além do Congresso Nacional. Pôr do sol único, arquitetura ímpar, algum esoterismo no ar seco na terra sem mares, cachoeiras nos arredores. Infinitas locações a céu aberto, fotografia naturalmente inspiradora para tantos filmes possíveis. Temos artistas como GOG, da Ceilândia, e o saudoso cineasta-bombeiro Afonso Brazza, do Gama, porém outros tantos continuam à margem.

Mas já que as pequenas revoluções diárias sequer são televisionadas, vamos criar e ocupar então nossos lugares, multiplicar os cineclubes. Taguatinga, Riacho Fundo, Sobradinho, Varjão, Paranoá, Samambaia, Planaltina – sim, há vida bem inteligente e ativa além do Plano Piloto. Não dá mesmo para esperar apenas do centro, quando a periferia não está morta, pois atualmente são vários cineclubes e atividades de difusão de cinema em diversas partes do DF.



CINECLUBE
Bancário

Realização do Sindicato dos Bancários de Brasília. As sessões acontecem sempre às segundas-feiras, no Teatro dos Bancários (314/15 sul), às 20h.

A entrada é franca.

Conselho Nacional de Cineclubes (CNC):
acesse www.cineclubes.org.br



Um retrato de um momento especial

Nas segundas-feiras tem o Cineclube Bancário com a programação dedicada ao cinema nacional, em que diversos públicos se misturam, onde o bate-papo rola antes e depois dos filmes. As sessões são movimentadas e vários cinéfilos e cineclubistas trocam idéias e filmes. Em dois anos e meio, foram cerca de 80 sessões com cerca de 140 filmes exibidos ao todo (curtas e longas-metragens), tendo alcançado o total de público de quase 13 mil pessoas.

Temos o Cine Roots, no Bar Raízes, onde a tela é montada nos gramados, com direito a muitos curtas brasileiros. Temos o Lacuna e outras iniciativas no Espaço Cultural Renato Russo da 508 Sul, ponto de encontros e descobertas de cinéfilos ao longo de anos e aulas do nosso mestre Sérgio Moriconi. O Balaio Café é outro local em que se reúnem fazedores de cultura, agitadores e artistas e onde todos os dias é capaz de haver uma sessão surpresa de um filme ou uma turma reunida de onde saia alguma parceria ou batucada. Há também o Cabiria e sua charmosa sala com sessões diárias, onde se respira cinema em cada detalhe. E ainda tem o Coletivo Moviola ocupando o Cine Brasília em algumas edições durante o ano em clima de festejo, com direito a curtas-metragens, música e aperitivos – é a mobilização conjunta dos agitadores com o público em prol da movimentação de um patrimônio público vivo.

As universidades e escolas, tão importantes em toda essa trajetória, reativam seus espaços e diálogos. Temos o Cineclubes do Iesb, contando com preciosa programação e debatedores. A UnB segue como referência nacional com professores e alunos atuantes e ativos, com muita história para ser lembrada, registrada e ser feita. A Universidade Católica se mantém com seu núcleo de cobertura de festivais, de produção de curtas, formando comunicadores cinéfilos. CineUpis, Fome de Cinema

do Ceub... É a ponte do cinema com a educação se fortalecendo sempre.

Tem filme nas ruas, tem o Cinema Voador, do Da Matta e o recente Mostra Brasil Candango, levando o cinema para as praças e, quiçá, despertando o espírito cineclubista pelo entorno e Goiás.

Além do Plano, tem o Cineclubes Escola Aberta em Brazlândia, que mostra a importância de envolver professores, alunos e pessoas da comunidade, com força e vontade. Tem o Cineclubes no Guará, com filmes de vanguarda e toda a vertente política de debate. Ceilândia pulsa com o novo Sesc e a turma do Ceicine. Taguatinga ferve com a Mostra 16mm, com a turma do Ponto Invenção Brasileira e dos Pontos de Cultura, além dos bons tempos de Sesi. Riacho Fundo I e II contam com o Espaço 100 Dimensão e uma geração formada a partir de Oficinas de Imagem Popular. O Gama pede ocupação cineclubista com o imenso Cine Itapoã. Cruzeiro, Brazlândia, Recanto das Emas, São Sebastião, Santa Maria... Todos crescendo, é a vida pulsando no DF.

Espírito cineclubista implantado

Várias iniciativas vêm surgindo a cada dia, algumas nem tão visíveis a todos os olhos. Outras sequer foram citadas aqui e as pessoas talvez não se intitulem como cineclubistas, embora sejam em sua essência, mas estão ativas em suas comunidades e ocupadas com duas questões de base de qualquer cineclubes: a interação do cinema com seus públicos, o compartilhar e multiplicar.

É preciso ocupar as margens e os espaços públicos de todo o Distrito Federal, reapropriar o conceito de política como algo próximo, possível e transformador, tanto no cotidiano como ao longo das décadas.

Seria ingenuidade, utopia? Não é isso o que nos diz a vanguarda cineclubista, que resiste e insiste na construção do olhar de forma constante, coletiva e compartilhada. Enquanto houver cineclubes (sejam 3, 30, 300 ou 3000 pessoas como público), é sinal de que não estamos sozinhos. Brasília chega aos seus 50 anos, e, felizmente, com o espírito cineclubista implantado desde sua origem.

É importante sabermos onde pisamos, de onde viemos e para onde vamos, e reconhecermos a importância do surgimento e continuidade de cada cineclubes. Afinal, respiramos e inspiramos cinema – melhor juntos, então. Vida longa ao cineclubismo e continuemos, sempre em construção! 📽

Histórias e informações a partir de longos papos com Vladimir Carvalho, Marcos Mendes, Fernando Adolfo e Geraldo Moraes, além da pesquisa de Berê Bahia como referência.

Conhecendo Brasília

Dicas de filmes já exibidos no Cineclubes Bancário

Curta-metragem

Brasília – Contradições de Uma Cidade Nova (De Joaquim Pedro de Andrade. Doc, 23 min, 1969). Disponível em vídeo-locadoras como extra no DVD do filme Macunaíma.

Sinopse: Imagens de Brasília em seu sexto ano de existência e entrevistas com habitantes da capital de diferentes grupos sociais. Uma pergunta estrutura o documentário: uma cidade inteiramente planejada, criada em nome do desenvolvimento nacional e da democratização da sociedade, poderia reproduzir as desigualdades e a opressão existentes em outras regiões do país? O professor e crítico de cinema Jean-Claude Bernardet foi também diretor assistente, e o ator Joel Barcelos assinou a direção de produção. Maria Bethânia canta “Viramundo”, de Gilberto Gil e Capinam.



Brasília Segundo Feldman (De Vladimir Carvalho. Doc, 20 minutos, 1979) Cópia no acervo da Fundação CineMemória, contato com o cineasta.

Sinopse: Material documental filmado pelo designer americano Eugene Feldman em visita a Brasília na época de sua construção. A precariedade da segurança dos trabalhadores em razão do ritmo acelerado das obras. Depoimentos de pioneiros sobre as condições de vida dos candangos.

Longa-metragem

A Invenção de Brasília (De Renato Barbieri. Doc/Fic, 55 min, 2001).

Sinopse: Filme-documentário histórico sobre a capital modernista, desde a formação geológica do Planalto Central até os dias de hoje, passando pela saga da construção. Uma experiência singular de arquitetura e urbanismo mas, ao mesmo tempo, cindida pelas mesmas contradições que perpassam qualquer grande centro urbano brasileiro. Uma afirmação da identidade brasileira. Narração de Fernanda Montenegro.

Endereços úteis

Cineclubes Escola Aberta – Brazlândia/DF
Aos sábados às 14h
cineclubes.escolaaberta@gmail.com
Fone: 81395894

Cineclubes Radical - São Sebastião/DF
Todo último sábado do mês às 19h
cinecluberadical@gmail.com
Fone: 9225 9179
<http://www.cinecluberadical.blogspot.com>

Coletivo Motirô
Todo segundo sábado do mês às 16h
coletivomotiro@lists.riseup.net
Fone: 3562 5852
<http://www.coletivomotiro.org>

Cine Roots – 410 Norte Brasília/DF
Terças-feiras quinzenalmente às 20h
bar.raizes@gmail.com
Fone: 8535 1873

Clima medieval brasiliense

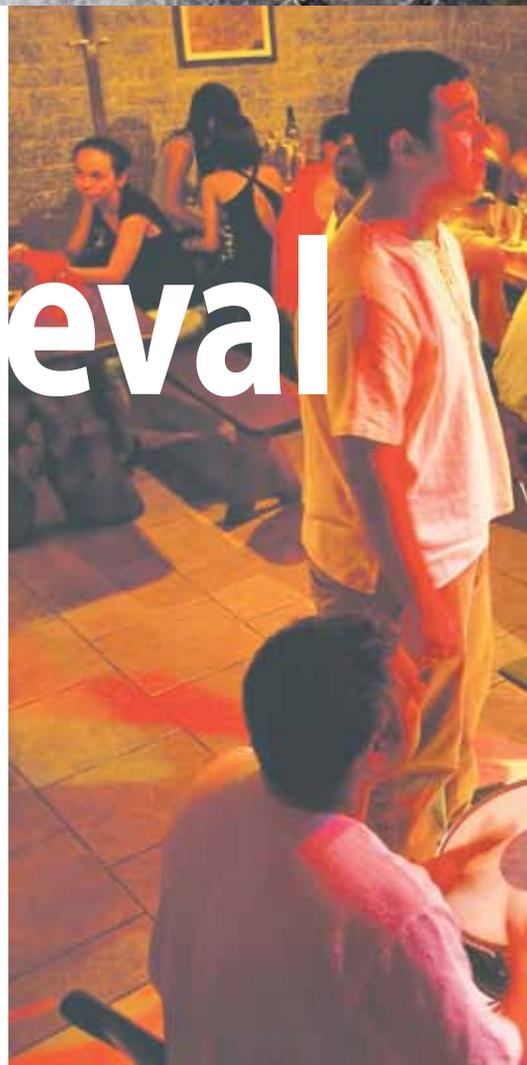
“
ESTAMOS COM
UMA RESPOSTA
GRANDE DO
PÚBLICO. ELES
PERGUNTAM ONDE
VAMOS TOCAR E
COMO PODEM
ENCONTRAR
NOSSA MÚSICA.
REALMENTE
NÓS NÃO
ESPERÁVAMOS
QUE FOSSE ASSIM
A INTERAÇÃO
COM AS PESSOAS
E DE MANEIRA
TÃO RÁPIDA

O grupo Talliesin apresenta o ritmo medieval com arranjos autorais e muita criatividade

→ THAÍS ROHRER

A atmosfera medieval, quatro vezes ao som de percussão, repertório renascentista, figurino dos idos de 1300 a 1500, sons que remetam às histórias com batalhas, cavaleiros e brasões. Até parece que estamos em filme antigo, mas não. Essas são as características do grupo brasiliense Talliesin, formado por dois bancários do Banco do Brasil e mais três amigos. Eles têm no repertório música medieval, renascentista, folclórica e celta, cantadas a quatro vozes: uma soprano, duas baixo e uma contralto, acompanhadas da percussão.

A criação do grupo surgiu pelas afinidades e admiração do ritmo medieval. Alguns se conheceram quando participavam de um coral independente. Já os bancários Lauro e Lemuel descobriram que tinham afinidades além da profissão. “Estávamos em uma conversa casual sobre música quando o Lauro comentou sobre a música medieval. Ele contou que ele e mais alguns colegas tinham vontade de montar um grupo e eu comecei a me interessar pelo assunto. A minha origem musical é mais baseada no rock rave metal, eu toco bateria, mas, depois de conhecer o ritmo mais a fundo, quis participar do projeto. Para me adequar ao ritmo eu adaptei o som que tocava bateria para a percussão”, revela Lemuel Lucena, músico e bancário. “A percussão foi importante para marcar me-



lhor as canções. Foi uma contribuição para o grupo”, completa Luiz Portugal, baixo.

Juntando os encontros do destino surgiu o Talliesin com menos de um ano na estrada e já com seguidores fiéis. “Estamos com uma resposta grande do público. Eles perguntam onde vamos tocar e como podem encontrar nossa música. Realmente nós não esperávamos que fosse assim a interação com pessoas e de maneira tão rápida”, diz animada Yara Teles, contralto.

Fotos: Alan Rodrigues Martins Mazzilli



AS MÚSICAS FALAM
DA TEMÁTICA
SOCIAL DA ÉPOCA
E FATOS ATUAIS



O REPERTÓRIO
DO SHOW CONTA
COM PELO MENOS
14 MÚSICAS

Da inspiração à realidade

As histórias no cinema que retratam a Idade Média somadas aos filmes com cavaleiros eram mera admiração entre os componentes do Talliesin. Para alguns o interesse teve início na infância com o fascínio pelo ambiente medieval dos reinados. Com o tempo, a musicalidade do estilo se sobrepôs às narrativas, às imagens das batalhas e a vida da época medieval. “Eu sempre gostei do tema. Depois conheci mais o estilo no coral que eu cantava e adorei. A partir daí me aprofundei até chegar ao nosso grupo atual”, conta Luiz Portugal, baixo do Talliesin.

O próximo passo do Talliesin será gravar CD. Em 2010, os ensaios do grupo começaram em estúdio. “A nossa intenção não era montar o grupo como profissional, mas isso foi acontecendo e o público pedindo. O retorno das pessoas que conhecem essa arte é muito gratificante”, afirma Lauro Kociuba.

O grupo se apresenta no Espaço Cultural e Taberna Mittelalter na 203 Sul, além de eventos e festas temáticas. Quem quiser conhecer mais sobre Talliesin pode acessar www.talliesin.com.br.

Quem nunca ouviu o grupo Talliesin tocar até pensa que o ritmo é parado, já que tradicionalmente a música medieval é mais executada por corais, mas os integrantes já acrescentaram o toque brasileiro ao som. O grupo vocal faz pesquisas sobre a música medieval para fazer as adaptações ao ritmo e criar arranjos próprios. “Damos uma nova roupagem as músicas. Cada um dá sua contribuição de acordo com as suas afinidades como rock e outras influências”, conta Lauro

Kociuba, bancário e baixo do grupo.

Além das temáticas das músicas que geralmente remetem à ótica social da época, elas também retratam a natureza, os ambientes das tabernas, as batalhas e os reinos. Outra vertente narra assuntos que ainda continuam atuais como as histórias de amor e de traição. Outras músicas tem a veia mais cômica, como é o caso do marinheiro bêbado que passa por situações inusitadas. “Muitos temas são atuais e estão presentes no nosso cotidiano. Às vezes de maneira séria, às vezes de modo engraçado nas músicas”, diz Caroline Medeiros, soprano.

O repertório apresentado no show do Talliesin conta com pelo menos 14 músicas medievais. Antes de cada uma é apresentado um breve histórico da letra, época que foi escrita, quem é o autor, já que nenhuma é cantada em português. “Eu adorei aquele clima medieval antigo que eles transbordam com o figurino e a música. Quando ouvi falar do grupo pela primeira vez não imaginava, mas fiquei emocionado quando os ouvi. Além disso é diferente do que a população escu-

ta diariamente. Achei muito interessante”, frisa Samuel Lima, admirador do Talliesin.

Além do ritmo incomum, o grupo é criativo quanto aos instrumentos. As vozes imitam os sons, o único acompanhamento é a percussão. Os integrantes garantem que são os únicos no Brasil a utilizar esse estilo na música medieval. “São poucos os grupos desse segmento no País e somos os únicos que usam só a voz e percussão”, ressalta Yara Teles. 





O nome do grupo foi inspirado no poeta da língua galesa Taliesin. Acredita-se também que o poeta foi um bardo: personagem especializado em cantar as desventuras de heróis, vilões, reinos e aventureiros em busca de tesouros e fama da época da Idade Média.



Rafael Zanon

Diretor do Sindicato, onde é coordenador do coletivo BB e membro do Conselho Editorial.

Os criadores de embustes financeiros

O livro “cabeças de planilha” compara dois grandes momentos históricos – o início da República e a era FHC – e procura mostrar as tramas do grande capital e homens fortes dos governos, que travaram a economia do país



A GRANDE MÍDIA HEGEMÔNICA TAMBÉM TEVE SUA PARTE EM PROPAGAR AS TEORIAS ECONÔMICAS PROVENIENTES DE AGENTES COMO O FMI

→ RAFAEL ZANON

Aproveitando o momento de discussão na sociedade que envolve as eleições presidenciais que ocorrerão este ano, comentarei o livro de Luis Nassif lançado em 2007, *Os Cabeças de Planilha* — Como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa. Luis Nassif busca em seu trabalho traçar algumas comparações das decisões políticas tomadas nesses dois períodos e como elas afetaram a economia brasileira.

Destacam-se na obra os bastidores da discussão econômica e posterior implantação do Plano Real, na década de 1990, com seus erros de estratégia, talvez proposital, que acabaram por fortalecer uma nova elite de entes financeiros, força do capital especulativo, aliados do governo tucano. Como aconteceu com Rui Barbosa, vários membros da equipe econômica do governo FHC tornaram-se sócios ou foram contratados pelas empresas que se beneficiaram no processo de mudança econômica do modelo neoliberal posto em prática nos anos 1990.

Desde o início da década de 1980 o Brasil vinha reunindo elementos para dar o grande sal-

to econômico de inclusão competitiva no mercado internacional. Nassif considera que grandes possibilidades foram perdidas a partir das decisões tomadas pela equipe econômica no governo de FHC, principalmente no que diz respeito ao atrelamento cambial e à política de juros estratosféricos, dificultando o investimento em produção e aumentando os lucros de quem apostava na ciranda especulativa. De forma similar, no início do século passado a produção de café deu acesso ao Brasil às contas externas, mas os representantes da elite decidiram participar e lucrar com a ciranda financeira. Moveram o governo para garantir os lucros do café sem investirem em produção. O capital especulativo não foi carreado para o produtivo. O governo FHC, por sua vez, “prometeu utilizar a política econômica para liquidar a dívida interna, enquanto a utilizava para transferir poder e riqueza para seus aliados.”

A grande mídia hegemônica também teve sua parte em “comprar” (ou se vender) e propagar as teorias econômicas provenientes de agentes internacionais, como o Fundo Monetário Internacional. O discurso ideológico tratou de convencer a grande mídia de que não haveria outra alternativa às decisões tomadas no campo econômico. Essa manipulação continuou com as crises da década de 1990 e início da década de 2000 e com a ausência de resultados, quando uma série de explicações exotéricas foi sendo criada para tentar explicar os fracassos.

Nassif também analisou o papel das agências de risco internacionais, que em

Divulgação



**ESTE BANCO
JÁ TEM DONO
ELE É DO BRASIL!**



Cartaz no final dos anos 90, no período FHC, da nossa luta contra a privatização dos bancos públicos

várias ocasiões buscaram com suas pontuações favorecer grandes clientes vinculados a elas ou a membros de seus quadros, como ocorreu em 2000, trinta dias antes da bolha da Nasdaq. A agência Goldman Sachs recomendou a compra de ações da Microsoft, semanas antes de um grande julgamento a que seria submetida a empresa de informática. O intuito era que os investidores ligados a essa agência de risco deixassem a empresa sem que as ações caíssem. Daí, podemos concluir o papel nefasto dessas agências para países em desenvolvimento, principalmente se dependentes do capital especulativo.

Neoliberalismo

O ideário neoliberal, tão bem detalhado no livro e que foi fortemente propagado na década de 1980 e 1990, levando vários países no mundo à bancarrota, inclusive na última crise das bolsas em 2007 — continua influenciando o pensamento de vários grupos políticos nos quatro cantos do mundo, financiados sempre por setores que lucram com esse modelo de especulação. Esses setores, nada preocupados com o Brasil, propagaram o pânico antes da posse do primeiro governo Lula, elevando a cotação do dólar, provocando fuga em massa de capitais e crise econômica, tentando golpear, prejudicando toda a população trabalhadora e o governo antes de seu início.

Se compararmos grande parte dos indicadores sociais e econômicos dos oito

anos de governo FHC com os dos oito anos de governo Lula, não teremos dúvida em avaliar qual foi mais eficiente. Inclusive no campo econômico, em que se gabam os tucanos de méritos, o governo atual mostrou grande capacidade de planejamento e gestão, garantindo que a economia do país passasse por menores traumas do que nos outros países durante a crise financeira de 2007. A política de desatrelamento cambial (que FHC foi forçado a iniciar) e de fortalecimento das reservas internacionais, o pagamento das dívidas externas deixando o Brasil livre para seguir suas próprias vontades e a política de diminuição de juros propiciaram a retomada do crescimento econômico e o aumento de empregos muito antes dos demais países em desenvolvi-

mento e desenvolvidos darem sinais de recuperação diante da crise internacional.

Ao contrário do se viu na era FHC, conforme foi mostrado pelo autor, a atual política de inclusão social, que tirou milhões de brasileiros da pobreza, com maior distribuição de renda, foi talvez o salto fundamental, gerando consumo interno forte. A participação do Brasil na diplomacia mundial, diversificando os parceiros, diminuindo a dependência de comércio com países desenvolvidos como os EUA, permitiu que o Brasil continuasse o nível de trocas internacionais e se tornasse credor do FMI após a crise internacional de 2007. A manutenção da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil como bancos controlados pelo governo e servindo aos interesses do povo brasileiro teve papel fundamental no amortecimento da crise internacional com o aumento e barateamento do crédito para a população (veja artigo de Pedro Tupinambá nesta edição). Imagine o que seria da economia de nosso país se José Serra tivesse ganho as eleições de 2002 e tivesse concluído a privatiza-

ção desses bancos iniciada por FHC. Esses bancos provavelmente teriam agido como o restante dos bancos privados, retirando crédito, demitindo e propagando medo.

Os cabeças de planilha é uma obra fundamental para podermos confrontarmos a gestão neoliberal do passado com o governo popular atual, oferecendo dados e análises que nos permitem perceber como o país tem avançado, apesar de uma parte de economistas viver arrotando termos e teorias para justificar fracassos de outrora. A obra nos lembra como foi o horror da década de 90, mas nos dá a certeza hoje de que, muito superior aos discursos e teorias, é a vontade de fazer, a prática de mudança. E pelos últimos anos, qualquer cidadão tem plenas condições de avaliar o que foi melhor ou pior para o país.



Quem é Luís Nassif

Especializado na área de jornalismo econômico, deu início à primeira experiência sobre economia pessoal na imprensa brasileira com a seção “Seu Dinheiro”, no Jornal da Tarde, no início da década de 1980. Nassif começou sua carreira jornalística em sua cidade natal, Poços de Caldas (MG). Trabalhou na Folha de S. Paulo e na revista Veja. Ao longo de sua carreira, recebeu inúmeras premiações jornalísticas, inclusive o Prêmio Esso de 1986, na categoria principal, graças a uma série de reportagens sobre o Plano Cruzado. Nassif notabilizou-se ainda mais ao publicar em seu Blog, a partir de 2007, uma série de reportagens sobre os acontecimentos dos bastidores da revista Veja, onde mostra a decadência daquele veículo, acusando-o de aceitar notas de lobistas como subsídio para seus textos e de criar matérias para promover interesses de empresas privadas e atacar o governo Lula.



**O NEOLIBERALISMO
LEVOU VÁRIOS
PAÍSES DO MUNDO
À BANCARROTA**



Bancários na luta ao lado de outras categorias

→ THAÍS ROHRER

Os trabalhadores não descansaram nos últimos quatro meses. As categorias cutistas se juntaram em vários momentos para reivindicar aos patrões melhores condições de trabalho, mais qualidade de vida, discussão de políticas contra a discriminação, aprovação de leis que beneficiam os trabalhadores, entre outras questões. Os bancários e empregados do ramo financeiro participaram em peso dessas atividades gerais dos trabalhadores ou em apoio e solidariedade a outras categorias.

Janeiro e fevereiro de 2010

As ações e os atos para o impeachment do governador José Roberto Arruda e do vice-governador Paulo Octávio continuaram com atos em frente à Câmara Legislativa, carreatas, passeatas e panfletagens.

No carnaval também teve protesto com humor. Foram várias marchinhas contra a postura dos políticos envolvidos nos escândalos. No dia 14 de fevereiro, representantes de várias categorias, inclusive bancários, participaram do Bloco dos Trabalhadores no Pacotão.

Blitzes em conjunto entre Sindicato dos Bancários de Brasília e Sindicato dos Vigilantes do DF vistoriam agências. (leia mais na página 10).

Dezembro/2009

Foram intensas as ações pelo impeachment do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, seu vice, Paulo Octávio, e parlamentares da base envolvidos no esquema de corrupção batizado pela Polícia Federal como “Caixa de Pandora”. A CUT-DF,

junto com os sindicatos filiados, movimentos estudantis e sociais e a população em geral, realizaram atos, passeatas, protocolou impeachments e pressionou representantes dos três Poderes pelo fim da corrupção no DF. As ações já geraram resultados (veja na página 29 – Crise política no GDF).

Novembro/2009

A 6ª Marcha da Classe Trabalhadora ocorreu no dia 12 de novembro. A atividade convocada pela CUT Nacional e demais centrais sindicais teve ampla colaboração dos trabalhadores filiados à CUT-DF, que levou mais de 30 mil pessoas para as ruas. Nesta edição da marcha, além da redução da jornada de trabalho, os manifestantes reivindicaram a valorização do salário mínimo com aprovação do PL 1/07, ratificação das convenções 151 e 158 da OIT, marco regulatório do pré-sal, entre outros temas.

1º Encontro da Juventude cutista – Cerca de 30 pessoas se reuniram no Teatro dos Bancários, no dia 14 de novembro, para discutir a importância da juventude no movimento sindical. No final do encontro foi formado um

coletivo para traçar metas para inserir os jovens ainda mais nas direções sindicais como forma de renovar a luta.

Dia 20

Debate: “Política de cotas como elemento fundamental para promoção da igualdade racial” – A população negra do Brasil se aproxima de 50% e ainda assim é grande o preconceito racial existente, mas não reconhecido. Para discutir o assunto e integrar os sindicatos e a população na defesa desta iniciativa, a CUT-DF realizou o debate sobre a política de cotas e a igualdade racial, palestrado por estudiosos sobre o assunto.

Dias 21 a 23

Confecom-DF – A CUT-DF participou ativamente da Conferência de Comunicação do Distrito Federal (Confecom-DF), com proposições e representação no encontro que teve desdobramento nacional. A intenção foi de colaborar para a democratização dos meios de comunicação, colocando assim um fim ao oligopólio da mídia. 

Ouviram do Ipiranga
às margens plácidas...



Gigante pela própria
natureza...



Deitado eternamente
em berço esplêndido...



Recicle!



Recicle!



Recicle até os seus atos!



Compartilhe também os
seus conhecimentos.



Informação para somar e ajudar a mudar

e as desigualdades, a informação é tratada como prioridade no Sindicato. Fazê-la chegar à categoria com rapidez, precisão e qualidade é uma tarefa que a entidade realiza com todos os instrumentos possíveis, integrando os meios de comunicação. Tudo para que o trabalhador possa lê-la, analisá-la, formar opinião, gerar conhecimento, mudar comportamentos, mobilizar grupos e praticar ações individuais e coletivas por avanços e conquistas para nós e para a construção de uma sociedade justa.

Veja só o que produzimos e oferecemos para você:



Participe de nossa rede de informação e conhecimento.

Cadastre-se ou mantenha dados atualizados para receber nossos boletins eletrônicos acesse www.bancariosdf.com.br ou envie mensagem para secgeral@bancariosdf.com.br.

Além disso, o trabalhador do ramo financeiro pode contar com o Centro de documentação (Cedoc), com um acervo diversificado de temas, para a realização de pesquisas e empréstimos de livros.



Sindicato dos Bancários de Brasília

EQS 314/315 Bloco A – Asa Sul Brasília – CEP 70383-400 Fone: (61) 3262-9090 Fax (61) 3346-8822